



# ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Município de Araguatins – TO



INCLUSÃO



APRENDIZAGEM



RESPEITO



DIVERSIDADE



QUALIDADE

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

Araguatins – TO

## **EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA SEMED – 2026**

### **❖ MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA NOGUEIRA**

- ✓ COORDENADORA PEDAGÓGICA
- ✓ COORDENADORA DO ICMS EDUCACIONAL
- ✓ ARTICULADORA REGIONAL DO CNCA/ALFABETIZA

### **❖ MEIRES NETE FERREIRA LIMA MADALENA**

- ✓ GERENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
- ✓ SUPERVISORA DAS TURMAS PRÉ-ESCOLA DA REDE
- ✓ FORMADORA DO ALFABETIZA ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL

### **❖ GILDENE PULQUÉRIO RIBEIRO TORRES**

- ✓ SUPERVISORA DA CRECHE
- ✓ FORMADORA DO EDACATO ETAPA CRECHE
- ✓ MOBILIZADORA DO LIVRO DIDÁTICO
- ✓ SUPERVISORA DA EJA

### **❖ CÍCERA CLAUDIA DA SILVA**

- ✓ SUPERVISORA DAS TURMAS DE 1º ANO
- ✓ FORMADORA DO PROGRAMA ALFABETIZA MAIS TOCANTINS ANOS INICIAIS (1º ANO)

### **❖ SIRLEIDE LOPES MARTINS DANTAS**

- ✓ SUPERVISORA DAS TURMAS DE 2º ANO
- ✓ FORMADORA DO PROGRAMA ALFABETIZA MAIS TOCANTINS ANOS INICIAIS (2º ANO)
- ✓ COORDENADORA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS.
- ✓ COORDENADORA DA FLIM

### **❖ VÂNIA BATISTA NOGUEIRA DELFINO**

- ✓ SUPERVISORA DAS TURMAS DE 4º ANO
- ✓ COORDENADORA DAS AVALIAÇÕES (FLUÊNCIA LEITORA, CNCA E SAETO)
- ✓ ARTICULADORA MUNICIPAL DE GESTÃO E FORMAÇÃO RENALFA

### **❖ FABRÍCIO ANDRADE PEREIRA**

- ✓ SUPERVISOR DAS TURMAS DE 5º ANO
- ✓ FORMADOR DO ALFABETIZA MAIS TOCANTINS - 3º AO 5º ANO
- ✓ ARTICULADOR REGIONAL DO PACTO PELA EJA.

### **❖ LUCIANA DA COSTA DIAS**

- ✓ SUPERVISORA DA PARTE DIVERSIFICADA DO INTEGRAL E JORNADA AMPLIADA
- ✓ FORMADORA DA PARTE DIVERSIFICADA DO INTEGRAL E JORNADA AMPLIADA
- ✓ ARTICULADORA REGIONAL DA PNEERQ.
- ✓ MOBILIZADORA DA CULTURA DIGITAL EDUCATO

❖ **SUELY NERÍ DE ARAÚJO**

- ✓ SUPERVISORA DAS TURMAS DE 3º ANO
- ✓ SUPERVISORA DOS ANOS FINAIS
- ✓ TODA MATEMÁTICA
- ✓ ARTICULADORA DA ESCOLA DAS ADOLESCÊNCIAS

**EQUIPE MULTIPROFISSIONAL SEMED**

- ❖ **CÍCERA APARECIDA DOS SANTOS** – COORDENADORA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E COORDENADORA OPERACIONAL DO PROGRAMA BUSCA ATIVA.

- ✓ **PAULA ALVES TAVARES** – PSICÓLOGA
- ✓ **ISSAC RODRIGUES DA SILVA** – PSICÓLOGO

❖ **SCARLAT MACEDO BASÍLIO**–

- ✓ ASSISTENTE SOCIAL
- ✓ ARTICULADORA DA REDE INTERSETORIAL PARA GARANTIA DA APRENDIZAGEM- RIGA

❖ **SARA CRISTINA PEREIRA BALBINO FERRAZ**-

- ✓ ASSISTENTE SOCIAL
- ✓ SUPERVISORA DO PROGRAMA EDUCATO

❖ **ROMÉRIA GOMES DOS SANTOS** – GERENTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

- ✓ SUPERVISORA DA APAE, SALAS DE AEE E ESCOLAS DA REDE
- ✓ FORMADORA EDUCATO EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – AEE

❖ **ARÁBIA DIAS ANDRADE**

- ✓ SUPERVISORA EDUCAÇÃO ESPECIALE INCLUSIVA – AEE
- ✓ NA PONTA DO LÁPIS

❖ **MARIA SUELI SOUSA ALMEIDA**

- ✓ ORIENTADORA EDUCACIONAL

## AGENDA - 2026

MÊS	DATA	ATIVIDADE
JANEIRO	28	Imersão Pedagógica
	29 e 30	Planejamento Pedagógico
<b>FEVEREIRO</b>		
MÊS DE SONDAGEM DAS CRIANÇAS	09	Início das aulas
	05 e 06	Formação Continuada
	23 e 27	Plantão pedagógico com as famílias
	28	Mobilização e Articulação PPP
<b>MARÇO</b>		
	04 a 06	Semana escolar de Combate à violência contra a Mulher
	09 a 13	<b>Aplicação do SAETO</b>
	24 e 25	<b>Aplicação dos testes CNCA ciclo I</b>
	21 a 28	Semana contra a discriminação Racial
	23 a 27	Semana de sensibilização do consumo consciente da água
	28	Dia "D" da leitura
<b>ABRIL</b>		
	01 e 02	<b>Aplicação da Avaliação da Fluência Leitora</b>
	02	Dia Mundial de conscientização do Autismo.
	07	Semana nacional de combate ao bullying e violência na escola
	13 a 21	Semana da história e cultura indígena
	18	Conselho de Classe Pedagógico
	22	Campanha nacional do combate ao aedes aegypti) e demais mosquitos transmissores.
	24	Dia Nacional da Libras
<b>MAIO</b>		
	09	Dia D da família na Escola
	12 a 14	Semana da diversidade cultural
	14 e 15	1º Formação continuada Alfabetiza Mais Tocantins

	<b>18</b>	Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
	<b>18 a 22</b>	Semana da Biodiversidade
	<b>27</b>	Dia "D" do censo escolar
	<b>29</b>	Audiência Pública/PME
<b>JUNHO</b>		
	<b>01 a 05</b>	Repertório cultural da história de Araguatins
	<b>01 a 05</b>	Semana de mobilização de preservação do Meio ambiente.
	<b>06</b>	FLIM (Feira Literária das Escolas Municipais)
	<b>08 a 12</b>	Semana de combate ao trabalho infantil.
	<b>15 a 30</b>	Matrículas e renovação de matrículas EJA
	<b>16 e 17</b>	Aplicação dos testes CICLO II CNCA
	<b>23 a 25</b>	Autoestima e representação negra
	<b>28</b>	Conselho de Classe Pedagógico
<b>JULHO</b>		
	<b>31</b>	Planejamento Pedagógico
<b>AGOSTO</b>		
	<b>03</b>	Volta às aulas
	<b>10 a 12</b>	Aplicação da Avaliação de Acompanhamento SAETO
	<b>13 e 14</b>	Formação Continuada Alfabetiza
	<b>13 e 14</b>	Conhecendo a África real
	<b>21 a 28</b>	Semana nacional da pessoa com deficiência
	<b>22</b>	Dia da Família na Escola
	<b>24 a 28</b>	Plantão pedagógico com as famílias
	<b>28</b>	Workshop Inclusivo da SEMED
<b>SETEMBRO</b>		
	<b>19</b>	Dia "D" da matemática
	<b>15 a 19</b>	<b>APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES CNCA CICLO III</b>
	<b>20</b>	Dia "D" da Matemática

	<b>21 a 25</b>	Semana de valorização a vida
	<b>22 a 24</b>	A escola como espaço de combate ao racismo (20 de setembro- dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra).
	<b>26</b>	Dia Nacional do Surdo
	<b>26</b>	Dia Nacional do Cerrado
<b>OUTUBRO</b>		
	<b>08 e 09</b>	Formação continuada alfabetiza
	<b>14</b>	Conselho de classe pedagógico
	<b>20 e 21</b>	Aplicação da avaliação contínua da aprendizagem CNCA
	<b>21</b>	Dia nacional da alimentação escolar
	<b>24</b>	Jogos e Gincanas das Escolas Municipais.
	13 e 14	Semana do consumo consciente
	16 e 17	16 e 17 de outubro – Semana da Diversidade, Equidade e Inclusão: práticas pedagógicas para uma escola antirracista, inclusiva e livre de preconceitos.
	<b>27 e 28</b>	Avaliação de saída Fluência Leitora
<b>NOVEMBRO</b>		
	<b>05 e 06</b>	Seminário Municipal Alfabetiza
	<b>16 a 27</b>	Aplicação do SAETO
	<b>17 a 21</b>	Culminância do Projeto Conceitos Aceitos sem Preconceitos
	<b>24</b>	Aniversário do meio ambiente
<b>DEZEMBRO</b>		
	<b>8, 9 e 10</b>	Projeto Natal Feliz
	<b>18</b>	<b>Conselho de classe pedagógico</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação apresenta o **Guia de Orientações Pedagógicas** para o ano letivo de 2026, com o objetivo de contribuir para a organização e sistematização do processo pedagógico, visando à construção de uma escola que promova aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral dos estudantes, assegurando o direito a uma Educação Pública de Qualidade Social para todos os alunos da rede municipal.

Este guia servirá de referência para a equipe da SEMED e para as Unidades Escolares na organização das atividades pedagógicas, considerando as legislações vigentes, como a LDB, BNCC, DCNEI, o Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Referencial do Estado do Tocantins para a EJA, além dos documentos normativos da rede municipal: Calendário Escolar, Estratégia de Matrícula, Instrução Normativa e Regimento Escolar.

É fundamental que todos os profissionais envolvidos no processo educacional conheçam e se apropriem das orientações apresentadas neste documento, utilizando-as no planejamento e na execução de suas ações pedagógicas.

A Secretaria Municipal de Educação está à disposição para esclarecimentos e acolhimento de sugestões, que podem ser encaminhadas pelos grupos de WhatsApp de gestores e coordenadores ou pelo e-mail institucional: [supervisao@semedaragatins.com.br](mailto:supervisao@semedaragatins.com.br).

Desejamos um excelente trabalho a todos!

## **2. ORIENTAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ARAGUATINS.**

O Calendário Escolar orienta quanto a organização das atividades de todas as Escolas da Rede Municipal, conforme a proposta de trabalho da SEMED. É um documento para a Unidade Escolar garantir todos os tempos pedagógicos, assegurando o cumprimento dos 200 dias letivos da carga horária estabelecida para cada etapa e modalidade de ensino.

O calendário da rede Municipal atende as especificidades da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. **Para fazer qualquer alteração no Calendário Escolar só com envio de ofício antecipadamente** para o responsável pelo setor de Legislação e Normas que fará análise juntamente com a Secretária Municipal, que vão deferir ou indeferir a solicitação e comunicar ao Conselho Municipal de Educação.

Observações:

### **Semana pedagógica/formação continuada-janeiro.**

- Servidores administrativos: conforme organização da SEMED e escolas;
- Dia 14 de janeiro – retorno equipe SEMED;
- Dia 21 a 23 de janeiro: retorno da equipe gestora das escolas;
- Dia 26 e 27: acolhimento dos servidores nas unidades escolares;
- Dias 28: Imersão pedagógica;
- Dias 29 e 30 – planejamento nas escolas da rede municipal.

### **Segue orientações quantos DATAS que devem ser observadas por todas as escolas da rede.**

- **Plantão Pedagógico** - Devem ser planejadas e realizadas reuniões com pais/famílias, de preferência por turma, para socialização, análise e discussões referente organização, funcionamento e resultados das aprendizagens dos estudantes, **sem dispensar os estudantes, pois é letivo.**
- **Avaliações EXTERNAS - CNCA, Fluência Leitora, SAETO e Escola das Adolescências.**
- **CNCA** – as avaliações são disponibilizadas na plataforma e devem ser aplicadas pela equipe escolar, observando os critérios de aplicação e primando pela

fidedignidade dos dados. A SEMED é responsável pela reprodução e distribuição destas avaliações - 1º, 3º e 4º ano.

- **Fluência Leitora** – a equipe escolar é responsável pela aplicação e deve seguir as orientações de aplicabilidade na plataforma;
- **SAETO** –As avaliações diagnósticas de acompanhamento são aplicadas pela equipe escolar, a de saída, é aplicada pela equipe da Superintendência Regional de Ensino.
- **Escola das Adolescências** - as avaliações são disponibilizadas na plataforma e devem ser aplicadas pela equipe escolar, observando os critérios de aplicação e primando pela fidedignidade dos dados. A SEMED é responsável pela reprodução e distribuição destas avaliações - 6º ao 9º ano.
  
- **Mobilização e Articulação – PPP.** Esta data deve ser de socialização e discussão final do PPP que estará em vigência do ano 2026. Uma semana após esta data, o documento deve ser enviado ao coordenador da equipe pedagógica da SEMED.
- **Semana Escolar de combate à violência contra a MULHER** –nesta semana cada escola deve organizar ações que reforcem a conscientização e o enfrentamento à violência contra a mulher. Orienta-se a realização de atividades internas e externas, como rodas de conversa, debates, oficinas e mobilizações com a comunidade. Buscar parcerias com a rede intersetorial (saúde, assistência social, conselho tutelar, defensoria pública, ministério público e outros). Registrar as iniciativas realizadas para acompanhamento institucional.
- **Formação SEMED, Alfabetiza Mais Tocantins e Rede de Colaboração do Tocantins- RCT – LETIVO.** As formações previstas são: Alfabetiza Mais Tocantins e RCT (AEE, RIGA, EDUCAÇÃO INFANTIL ETAPA CRECHE E CULTURA DIGITAL), aderidos pela SEMED. Os dias são letivos, portanto, devem ser encaminhados antecipadamente atividades para a turma e/ou turmas das escolas que o docente precisar se ausentar para a formação.
- **Conselho de Classe** –O Conselho de Classe é dia letivo e deve incluir ações planejadas com pais, professores e demais servidores. O momento deve favorecer análise, discussão e definição de planos de intervenção para enfrentar situações específicas de aprendizagem e outras demandas pedagógicas. É importante registrar as decisões e encaminhamentos para acompanhamento da equipe diretiva.

- **Dia “D” da Leitura** – Deve ser planejado ações com ênfase na promoção e desenvolvimento do gosto pela leitura/produção ou culminância de **projetos da escola voltados a temática**.
- **Dia “D” da Matemática** – Deve ser planejada ações com ênfase na promoção e desenvolvimento do gosto pela matemática ou culminância de **projetos da escola voltados a temática**.
- **Dia da Família na Escola** - deve ser planejado com ações que fortaleçam o vínculo entre família e escola. Recomenda-se organizar atividades participativas, momentos de integração e espaços de diálogo que valorizem a presença das famílias e ampliem seu envolvimento no processo educativo.
- **Feira Literária das Escolas Municipais** -A Feira Literária é a culminância do projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação e pelas escolas municipais, com participação de instituições da rede estadual, federal, SEBRAE e membros da comunidade. O evento tem como objetivo promover leitura, escrita, produção autoral e diversas atividades culturais, valorizando o protagonismo dos estudantes e o incentivo permanente à cultura literária.
- **JGEM – Jogos e Gincanas das Escolas Municipais** - O JGEM é a culminância do projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação e pelas escolas municipais, com foco em incentivar a prática esportiva, o trabalho em equipe e a participação estudantil. As atividades fortalecem valores como disciplina, respeito, cooperação e protagonismo, integrando esporte, educação e convivência saudável.
- **Semana Nacional da Alimentação Saudável** - A Semana Nacional da Alimentação Saudável visa promover a conscientização sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis, especialmente no ambiente escolar, e é celebrada em várias iniciativas ao longo do mês de outubro.

### **3. PLANEJAMENTO DO ANO LETIVO**

A rede municipal de educação de Araguatins, vem propondo melhorias no trabalho educativo. Neste sentido, implementou no calendário escolar municipal, a semana pedagógica formativa, com palestras de acolhimento aos professores e dias para o planejamento da equipe escolar. Com a proposta, será possível proporcionar a todos os profissionais da educação, encontros formativos, reuniões, acolhimento, planejamento e sistematização do processo do trabalho para o decorrer do período vigente.

O ano letivo iniciará com acolhimento aos estudantes, famílias e responsáveis nas instituições escolares. Este momento, deve ser alegre, agradável e com intencionalidade pedagógica. Os servidores e estudantes novatos, devem receber atenção especial; sendo necessário apresentar a escola, profissionais e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

A SEMED orienta que cada equipe gestora faça o plano de trabalho anual ou semestral da escola, com ações claras, objetivando minimizar as fragilidades percebidas na **avaliação institucional** da Unidade Escolar com base nos dados de aprendizagem aferidos nas avaliações, instrumentos de acompanhamentos pedagógicos e nas experiências de anos anteriores.

A equipe pedagógica tem um papel essencial, pois acompanha, orienta e apoia o trabalho dos professores, coordenadores, orientadores e gestores escolares, contribuindo para a organização das ações pedagógicas e para o desenvolvimento dos estudantes. Assim, compreender o que compete à equipe pedagógica é fundamental para garantir um trabalho mais eficiente, colaborativo e de qualidade na escola.

#### **4. COMPETE À EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR.**

- Acompanhar, monitorar, orientar e avaliar o trabalho pedagógico das Unidades Escolares;
- Acompanhar e orientar as escolas quanto a importância de garantir educação pública inclusiva, antirracista, humanizada, de qualidade, para todos;
- Acompanhar e orientar as escolas quanto ao cumprimento do calendário escolar, instrução normativa, estratégias de matrículas, orientações pedagógicas, regimento e outros documentos elaborados e encaminhados pela SEMED;
- Planejar, monitorar e traçar diferentes estratégias que venham garantir o alcance das metas pedagógicas propostas no Plano Municipal de Educação e demais programas aderidos ou elaborados para rede municipal;
- Acompanhar e orientar as escolas quanto ao trabalho com os estudantes deficientes e com necessidades específicas de aprendizagem (neuro divergentes);
- Elaborar pautas e realizar visitas técnicas (acompanhamento pedagógico) junto as unidades escolares da zona urbana e zona rural;

- Fazer devolutiva por escrito das visitas técnicas (acompanhamento pedagógico) às unidades escolares com orientações, observações e sugestões pertinentes ao bom andamento do trabalho institucional;
- Orientar a equipe pedagógica quanto aos documentos norteadores do planejamento escolar, que são: Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil-DCNEI, e Documento Curricular do Tocantins-DCT para Educação Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais e finais e Educação de Jovens e Adultos;
- Orientar, acompanhar e monitorar as unidades escolares quanto a realização do estudo coletivo, planejamento e planos de aulas;
- Participar de momentos nas escolas, como: estudo coletivo, planejamento, reuniões, culminância de projetos e outros mediante planejamento prévio ou a convite da gestão escolar;
- Participar dos conselhos de classe bimestrais nas escolas da zona urbana e quando possível nas escolas da zona rural;
- Conhecer, orientar e contribuir na elaboração e reelaboração, implementação de ações constantes no P.P.P das escolas que supervisionam;
- Acompanhar e orientar as unidades escolares quanto ao cumprimento das leis e estatutos que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.
- Orientar a coordenação pedagógica e professores da educação infantil, fundamental séries iniciais e finais e Educação de Jovens e Adultos, quanto a fidedignidade dos dados informados e correto preenchimento dos instrumentos de monitoramento da aprendizagem adotados na rede;
- Monitorar mensalmente os dados informados nos instrumentos de monitoramento da rede junto a equipe pedagógica da escola;
- Acompanhar mensalmente o preenchimento do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE e orientar para possíveis correções;
- Orientar, acompanhar e monitorar quanto a aplicação de avaliações diagnósticas e formativas para todos os estudantes da rede;
- Realizar ou buscar parcerias para garantir formação continuada específica para os professores participantes das avaliações externas – SAEB e outras;
- Realizar formações pedagógicas para as equipes escolares, conforme Programas e Projetos da rede;
- Orientar as unidades escolares a acolher, respeitar a diversidade entre estudantes e comunidade geral, sejam elas de gênero, raça, religião,

orientação sexual, entre outras, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos visando combater o preconceito.

- Divulgar e orientar as Unidades Escolares quanto a participação em competições local, estadual e nacional, como: OBMEP, Olimpíada de Língua Portuguesa, Prêmio Gestão Escolar, Professores do Brasil, Jogos Estaduais do Tocantins, Jogos e Gincanas das Escolas Municipais e outros;
- Realizar reuniões com equipes das escolas que supervisiona, online ou presencial mensalmente ou sempre que surgir necessidade ou precisar de intervenções;
- Reunir bimestralmente com a equipe gestora e apresentar dados da unidade escolar para análise, discussão e proposições;
- Participar efetivamente do processo educacional das Unidades Escolares com sugestões que viabilizem melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem;
- Apresentar os relatórios e devolutivas enviadas para as escolas à coordenação do setor de supervisão.

A educação de qualidade pressupõe um olhar atento e sensível para o estudante em sua totalidade. Nesse contexto, a atuação da equipe multiprofissional torna-se essencial no ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. Esse acompanhamento vai além do processo de ensino-aprendizagem, considerando o estudante em seus aspectos cognitivos, socioemocionais, psicológicos e físicos. O trabalho integrado entre os diferentes profissionais possibilita a identificação das necessidades individuais, promovendo intervenções adequadas e garantindo o direito à aprendizagem de forma equitativa e inclusiva. Assim, a equipe multiprofissional é composta por assistentes sociais, psicólogos, supervisoras da educação especial e orientadora educacional, atuando de forma articulada no apoio às unidades escolares e no acompanhamento dos estudantes, assegurando um atendimento mais humanizado, inclusivo e eficaz.

##### **5. COMPETE À EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA SEMED.**

A Equipe Multiprofissional da Educação é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, dois psicólogos, duas assistentes social, pedagogo e supervisora técnica da Educação Especial e Inclusiva, que atuam de forma integrada e colaborativa. Seu trabalho tem como objetivo apoiar o

desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecer as ações pedagógicas da escola, promover a inclusão educacional e contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio do acompanhamento, orientação e articulação entre escola, família e rede de proteção.

### **5.1 - PSICÓLOGOS**

Compete aos psicólogos, em sua área de atuação, considerarem os contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais atendidas, em articulação com as áreas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Justiça, desempenhando as seguintes atribuições:

- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- Contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes;
- Orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização;
- Realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;
- Auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família;
- Contribuir na formação continuada de profissionais da educação;
- Contribuir em programas e projetos desenvolvidos na escola;
- Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola;
- Propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social;
- Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial;
- Promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade;
- Promover ações de acessibilidade;
- Propor ações, juntamente com professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos, serviços gerais e a sociedade de forma

ampla, visando a melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender;

- Avaliar condições sócio-históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos.

## **5.2 – ASSISTENTE SOCIAL**

A inserção de profissionais de serviço social nas redes públicas de educação básica, e mais amplamente na política de educação, está no bojo da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado.

O trabalho desses profissionais, compondo equipes multiprofissionais juntamente com professores, pedagogos e outros sujeitos, sem dúvida ensejará um atendimento integral ao corpo técnico e ao corpo discente no processo ensino-aprendizagem em toda sua complexidade, que exige cada vez mais atenção em uma perspectiva totalizante. Dentre outras atribuições, o assistente social nas redes de educação básica possibilita:

- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;

- Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
- Atuar em conformidade com a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a Lei nº 13.935/2019 e demais normativas vigentes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), resguardando o sigilo profissional e a proteção das informações obtidas no exercício da profissão, observadas as hipóteses legais de comunicação obrigatória.
- Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino- aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares decorrentes de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência e outras expressões da questão social que permeiam o cotidiano escolar, observando, nos casos de violência contra crianças e adolescentes, os princípios da Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida), evitando a revitimização e promovendo a articulação com a rede de proteção.
- Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
- Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;
- Participar de ações que promovam a acessibilidade;
- Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;

- Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
- Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
- Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.

Parágrafo único. A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social.

### **5.3–ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL/PEDAGOGA**

- Acompanhar o Serviço de Orientação Educacional - SOE nas Unidades Escolares, quando houver;
- Planejar ações e projetos que venham atender as escolas que não dispõem do Serviço de Orientação Educacional - SOE;
- Acompanhar e orientar as escolas quanto a importância de garantir educação pública inclusiva, antirracista, humanizada, de qualidade para todos;
- Acompanhar e orientar as escolas quanto ao cumprimento do calendário escolar, instrução normativa, estratégias de matrículas, orientações pedagógicas, regimento e outros documentos elaborados e encaminhados pela SEMED;
- Promover formações para a equipe de técnicos da SEMED, equipes pedagógicas das escolas e fomentar práticas do Serviço de Orientação Educacional - SOE;
- Realizar atendimento individual e em grupos de profissionais, alunos e famílias, na SEMED e Unidades Escolares da Rede Municipal;
- Realizar visitas in loco nas escolas, famílias e na comunidade para intervenções necessárias ao processo de ensino e aprendizagem;
- Promover momentos de relacionamento interpessoal na SEMED e Unidades Escolares que não dispõem deste profissional;
- Participar de conselhos de classe bimestrais nas escolas da zona urbana e quando possível em escolas da zona rural;

- Conhecer, orientar e contribuir na elaboração e reelaboração, implementação de ações constantes no P.P.P das escolas;
- Planejar, monitorar e traçar diferentes estratégias que venham garantir o alcance das metas pedagógicas propostas no **Plano Municipal de Educação** e demais programas aderidos ou elaborados para rede municipal;
- Divulgar e orientar as Unidades Escolares quanto a participação em competições local, estadual e nacional, como: OBMEP, Olimpíada de Língua Portuguesa, Prêmio Gestão Escolar, Professores do Brasil, Jogos Estaduais do Tocantins, Jogos e Gincanas das Escolas Municipais e outros;
- Reunir bimestralmente com os Orientadores Educacionais para compartilhamento de experiências, estudo de caso, alinhamentos das ações, planejamento e orientações;
- Participar efetivamente do processo educacional das Unidades Escolares com sugestões que viabilizem melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem;
- Orientar quanto a elaboração de relatórios, fazer audições e relatórios (escola que não tem o profissional SOE) e orientar e fazer estudos de caso junto a equipe escolar;
- Fortalecer e atuar em parceria com as diversas redes Intersetoriais como: saúde, justiça, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e outros.

#### **5.4– SUPERVISORA TÉCNICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL e INCLUSIVA.**

- Oportunizar, meticulosamente, junto à equipe gestora e docentes das unidades escolares, repasses técnicos referentes ao atendimento;
- Realizar acompanhamento sistemático, conforme a demanda da U E em que o aluno do AEE está matriculado, realizando registros, orientações e realizando os encaminhamentos necessários;
- Orientar e subsidiar, quando solicitado, a equipe gestora e docente da unidade escolar onde está implantado o AEE, a respeito dos alunos considerados da educação especial e inclusiva, matriculados na escola, mas que não são atendidos por este serviço, encaminhando-os à Equipe Multiprofissional ou para a Rede de Apoio de acordo com a especificidade da demanda;

- Registrar por escrito as orientações realizadas durante o acompanhamento deixando uma cópia no arquivo do aluno;
- Participar da elaboração dos Projetos Político Pedagógico das escolas da rede;
- Estabelecer parceria com os técnicos responsáveis pela educação especial da Superintendência Regional para estudo e orientação técnica referente ao trabalho realizado no AEE;
- Orientar o professor do AEE ou coordenador pedagógico quanto às adequações curriculares e das atividades no contexto das metodologias, instrumentos e avaliação;
- Reunir bimestralmente com os professores de AEE para compartilhamento de experiências, estudo de caso, alinhamentos das ações, planejamento e orientações;
- Participar de conselhos de classe bimestrais nas escolas da zona urbana que não tem professor de AEE e quando possível em escolas da zona rural;
- Conhecer, orientar e contribuir na elaboração e reelaboração, implementação de ações constantes no P.P.P das escolas;
- Planejar, monitorar e traçar diferentes estratégias que venham garantir o alcance das metas pedagógicas propostas no Plano Municipal de Educação e demais programas aderidos ou elaborados para rede municipal;
- Sobre o Perfil e a Atribuição do Profissional de Apoio Escolar da Educação Especial na perspectiva Inclusão, obedece aos demais procedimentos contidos no Regimento Escolar.

## 6. COMPOSIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ARAGUATINS-TO

<b>UNIDADE ESCOLAR</b>	<b>ANO/SÉRIE ATENDIDAS</b>	<b>FORMA DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
<b>Escola Municipal de Tempo Integral Professora Nair Duarte</b>	Ensino Fundamental anos iniciais	integral	Urbana
<b>Escola Municipal Aureliano José Ferreira</b>	Educação Infantil e ensino fundamental anos iniciais	Integral	Rural
<b>Escola Municipal Vanor da Costa Parreão</b>	Educação Infantil e ensino fundamental anos iniciais (Alfabetização)	Parcial com Jornada Ampliada	Urbana
<b>Escola Municipal Maria de Lourdes</b>	Educação Infantil, ensino fundamental anos iniciais e EJA.	Parcial com Jornada Ampliada	Urbana
<b>Escola Municipal Vereador Guilherme Parente</b>	Educação Infantil e ensino fundamental anos iniciais	Parcial com Jornada Ampliada	Rural
<b>Escola Municipal Djanira Rodrigues</b>	Educação Infantil e ensino fundamental anos iniciais	Parcial com Jornada Ampliada	Rural

<b>Escola Municipal São Vicente</b>	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Parcial com Jornada Ampliada	Urbana
<b>Escola Municipal Maringá</b>	Educação Infantil, ensino fundamental Anos Iniciais	Parcial com Jornada Ampliada	Rural
<b>Escola Municipal Padre Vitória</b>	Educação Infantil, ensino fundamental anos iniciais, anos finais e EJA	Parcial com Jornada Ampliada	Rural
<b>Escola Municipal Edgard Tolentino</b>	Educação Infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais	Parcial com Jornada Ampliada	Rural
<b>Aparecida Mota, Blandina, Januário e Rui Barbosa</b>	Educação Infantil e ensino fundamental anos iniciais	Parcial	Rural (100% multisseriadas)

## **7. - ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA OFERTADAS NA REDE MUNICIPAL DE ARAGUATINS.**

### **7.1 -EDUCAÇÃO INFANTIL**

10. Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (art.5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil).

Criança, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (art.4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil).

Documentos Norteadores da Educação Infantil na Rede Municipal de Araguatins

A Educação Infantil da Rede Municipal de Araguatins tem como documentos norteadores as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Estado do Tocantins (DCT). Esses documentos orientam as práticas pedagógicas, considerando os campos de experiências, as aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças.

Conforme as DCNEI (2009), as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil, tem o planejamento como ato da reflexão contínua sobre a prática educativa e a criança como o centro desse processo.

Em consonância com a BNCC, as práticas educativas devem assegurar os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos garantem às crianças oportunidades de

aprender e se desenvolver em ambientes acolhedores, desafiadores e estimulantes, nos quais possam assumir papel ativo em suas descobertas e construções.

As experiências vivenciadas pelas crianças são organizadas a partir dos cinco Campos de Experiências, que articulam saberes e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento infantil:

- **O eu, o outro e o nós;**
- **Corpo, gestos e movimentos;**
- **Traços, sons, cores e formas;**
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação;**
- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.**

Por meio desses campos, as crianças ampliam suas possibilidades de interação, expressão, investigação, comunicação e compreensão do mundo, construindo aprendizagens significativas de forma integrada e contextualizada.

Dessa forma, a Educação Infantil deve proporcionar experiências que permitam às crianças construir significados sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo social e natural, favorecendo o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes essenciais para sua formação integral.

A contação de histórias constitui uma prática essencial na Educação Infantil, pois possibilita a construção de pontes entre o mundo real e o imaginário, despertando nas crianças o interesse e o prazer pela leitura desde a primeira infância. Por meio das narrativas, as crianças ampliam seu repertório cultural, desenvolvem a imaginação, a criatividade, a linguagem e fortalecem vínculos afetivos com a leitura.

Com o objetivo de garantir práticas pedagógicas alinhadas aos documentos normativos da Educação Infantil, em 2022 a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em parceria com as equipes pedagógicas das unidades escolares, elaborou as Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas que ofertam essa etapa de ensino, fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e no Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT).

Após sua implementação e período de vigência, as propostas passaram por processo de estudo, avaliação e atualização pelas unidades escolares ao longo de

2024, considerando as especificidades de cada contexto educativo e o público atendido.

Dando continuidade a esse processo de aprimoramento curricular, em 2025 as Propostas Pedagógicas Curriculares foram reestruturadas por meio de estudos, análises e discussões coletivas realizadas pela equipe técnica da SEMED, professores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares. Esse movimento teve como objetivo fortalecer a identidade da Educação Infantil da rede municipal e assegurar a coerência entre os documentos orientadores e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições.

As Propostas Pedagógicas Curriculares reestruturadas terão vigência no período de **2025 a 2027**, constituindo-se como instrumento orientador das ações educativas, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e significativa.

## **7.2 - ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO DE SALA AULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

**Planejamento de Ensino** – é o "[...] processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos." (PADILHA, 2001, p. 33).

Planejar as experiências das crianças é fundamental para que as **intenções educativas** sejam revertidas em **aprendizagem e desenvolvimento**. O planejamento nada mais é do que projetar o que está por vir. No ato de planejar, o professor toma decisões considerando suas concepções:

- Quem é a criança? Como ela aprende? Quais objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são importantes em cada faixa etária? Qual é o papel do professor? Qual é o material mais adequado para determinada situação? Quanto tempo é necessário para cada experiência? Como a organização do espaço pode favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um e do grupo como um todo?
- O professor deve estar com o seu plano de aula em sala no momento de regência em formato **manuscrito, impresso ou digital** (Cada escola juntamente com a sua equipe diretiva definirá qual formato adotará, desde que esteja acessível em sala de aula).

- O coordenador deve participar de todo processo do planejamento.
- É obrigatória a apresentação do planejamento ao coordenador pedagógico que irá fazer uma análise e observações, e ao final assinar o documento validando sua participação no processo.

**Trabalho em sala com projetos:** Os projetos explicitam as concepções e práticas que potencializam as aprendizagens das crianças, e fortalecem a identidade da Educação Infantil, deve ter objetivos claros com intencionalidade pedagógica.

**Projeto Institucional:** No PPP de cada escola constam com Projetos Institucionais e o trabalho de sala do docente deve estar alinhado a eles, garantindo participação das crianças e famílias

**Projeto de Sala- construção ou investigação:** O professor da Educação Infantil ao trabalhar com o projeto de sala necessita assumir a postura de observador das relações das crianças e entre elas e os adultos, conhecer seus pontos de interesses, seus questionamentos sobre o mundo, assumir a postura de uma escuta sensível. O projeto precisar ter:

- **Tema:** partir dos interesses e desejos das crianças da turma ou o professor pode escolher um tema com foco nas necessidades das crianças percebidas pelo docente;
- **Passos para investigação do docente:** Quais conhecimentos as crianças já têm sobre o tema escolhido? Quais as possibilidades de as crianças terem contato com a proposta? De que forma a família pode ser estimulada a participar e se envolver com a proposta? Quais questionamentos devem ser feitos para as crianças e suas famílias? Como os campos de experiências e os direitos de aprendizagem podem se comunicar dentro da proposta? Quais são os desejos e anseios das crianças voltados para a proposta? Como os espaços, dentro e fora da unidade, podem ser utilizados? O projeto terá o envolvimento de artistas, artesãos, comunidade, grupos intergeracionais, étnicos, pais, profissionais, entre outros? Quais recursos e materiais serão utilizados na proposta? Qual o tempo destinado para a execução da proposta?

### 7.3 ROTINA

Trabalhar com crianças na CRECHE ou em turmas de educação infantil nas escolas, exige da docente estruturação de uma rotina de ações que leve em

consideração as necessidades de desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, é imprescindível que o professor organize com intencionalidade pedagógica a rotina da sua turma. Segue uma rotina diária pré-estabelecida para todas as instituições da rede municipal.

1. **Acolhida:** Propor diferentes estratégias de recepção e acolhida das crianças com músicas, brinquedos e outras;
2. **Roda de conversa:** Momento da rotina no qual as crianças são estimuladas a desenvolver a escuta, oralidade e expressão. É importante que ocorra todos os dias e em diferentes momentos pré-estabelecidos ou mediante necessidade;
3. **Cantos de experiência/cantinhos:** Importante que seja estabelecido na rotina o momento de exploração dos cantos e espaços, sejam eles dentro da sala de aula ou externos. Os cantos de experiências são espaços organizados do lado interno ou externo e devem ser planejados com antecedência, podendo receber diferentes nomes;
4. **Leitura feita pelo professor/ contação de história:** faz – se necessário que atividades de leitura de livros literários aconteçam todos os dias. Para tanto, é importante que os professores façam a leitura das obras escolhidas para a semana antecipadamente;
5. **Leitura feita pelo professor com a criança:** esta leitura deve ser feita pelo professor, instigando a participação das crianças;
6. **Leitura feita pela criança:** Diariamente a criança precisa ter contato com os livros de literatura, bem como com outros suportes de texto ou gêneros textuais. É de suma importância que em cada sala tenha o cantinho da leitura para explorações e vivências diárias;
7. **Desenho:** A escrita da criança na educação infantil se dá a partir do desenho/interpretação textual livre e direcionado. O planejamento docente, e a disponibilização de materiais com antecedência, são necessários para a realização do grafismo por parte das crianças;
8. **Brincadeiras:** o momento das brincadeiras deve ser realizado diariamente e podem ocorrer na sala de aula, pátio externo, quadras poliesportivas, jardins sensoriais, parquinho de areia, gramado, área cimentada ou de terra. É importante que a criança brinque na área externa, todos os dias, com seus colegas de sala e de outras salas, possibilitando interação entre crianças de diferentes faixas etárias;

9. **Refeições/lanche:** É necessário que o momento da refeição seja acompanhado pelo professor, visto que é nesse momento que a criança deve ser estimulada a adquirir hábitos saudáveis, tanto na alimentação, quanto na higienização das mãos antes de manipular os alimentos. O professor pode apresentar o cardápio do dia, explicando de forma bem lúdica sobre os alimentos que serão ofertados, de onde eles vêm e como devem ser consumidos;
10. **Soninho:** O repouso é fundamental para a criança, entretanto, é importante que se compreenda que, nem toda criança gosta de dormir. Nesse caso, o planejamento de ações a serem realizadas com as crianças que não dormem é essencial para garantir o equilíbrio, entre os que dormem e os que não dormem;
11. **Banho:** O momento do banho deve estimular a autonomia da criança. É um importante momento da rotina, no qual se dará atenção individualizada à criança; assim sendo, uma excelente oportunidade de desenvolvimento da oralidade, partes do corpo e higiene pessoal.

#### **7.4 METODOLOGIA DA ROTINA DIÁRIA**

12. **Atividades do cotidiano** - São situações que acontecem todos os dias, leitura ou contação de histórias, brincadeiras livres e dirigidas, desenho, interações com a água, cantos de interesses, tais situações constituem oportunidades para o desenvolvimento infantil.
13. **Atividades ocasionais** - Permitem trabalhar com as crianças, um contexto/tema que se considera valioso, mesmo não tendo correspondência com o que está planejado para o momento.
14. **Tempo, espaço e material** - Para garantir os seis Direitos de Aprendizagem, bem como promover a efetivação das vivências a partir dos Campos de Experiência, é necessário estruturar a organização dos espaços, tempos e materiais das instituições de Educação Infantil. Esta organização precisa assegurar a integralidade da educação, as interações, as brincadeiras e o protagonismo infantil.

## **7.5 Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação das Aprendizagens na Educação Infantil**

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) dispõe de instrumentos destinados ao monitoramento e acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvido pelas equipes escolares, bem como à avaliação do desenvolvimento das aprendizagens das crianças. Esses processos possuem caráter formativo e diagnóstico, sem objetivos de seleção, promoção ou classificação, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Além dos instrumentos orientados pela SEMED, cada Unidade Escolar poderá definir e sistematizar, em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), outros instrumentos que atendam às especificidades de seu contexto educativo.

Entre os instrumentos utilizados para o monitoramento, acompanhamento e avaliação na Educação Infantil destacam-se:

- Caderno de bordo;
- Portfólios individuais;
- Ficha de acompanhamento do grafismo;
- Sondagem diagnóstica;
- Ficha de acompanhamento e avaliação bimestral do desenvolvimento individual;
- Ficha de avaliação do desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático;
- Avaliação bimestral (Sige).

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.

15. Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

## **16. Transição entre Etapas Educacionais**

A transição entre a família e a creche, da creche para a pré-escola e da pré-escola para o Ensino Fundamental constitui um processo fundamental para garantir a continuidade das aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças. Para que essas mudanças ocorram de forma acolhedora, segura e significativa, é essencial que

sejam planejadas e estruturadas por meio de ações intencionais que considerem as necessidades, os interesses, as experiências e as singularidades de cada criança.

A estruturação e a implementação de estratégias de transição favorecem a adaptação aos novos espaços, rotinas, profissionais e grupos de convivência, minimizando inseguranças e fortalecendo os vínculos afetivos e sociais. Além disso, contribuem para a continuidade dos processos educativos, assegurando que as experiências e aprendizagens construídas em uma etapa sejam consideradas e ampliadas na etapa seguinte.

Nesse sentido, as instituições de ensino devem promover ações articuladas entre famílias, professores, equipes gestoras e demais profissionais envolvidos, garantindo o compartilhamento de informações, a integração entre as etapas e o acompanhamento do percurso de desenvolvimento das crianças. Dessa forma, a transição deixa de ser um momento isolado e passa a constituir um processo contínuo, planejado e comprometido com o bem-estar, a aprendizagem e o sucesso escolar de cada criança.

17. Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

## **7.5 DOCUMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

18. **Educação Infantil CRECHE& ESCOLAS**– Avaliação Institucional ANUAL - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (INDIQUE);
19. **Avaliação diagnóstica CRECHE& ESCOLAS**– O Mês de fevereiro deve ser dedicado diagnóstico e ao final do mês, o **professor regente** faz o preenchimento da ficha diagnóstica enviada para creche e escolas no início do ano letivo. Este instrumento deve ser preenchido e encaminhado para gerente da Educação Infantil ou supervisora da Educação Infantil na SEMED;
20. **Educação Infantil CRECHE**– deve adotar o caderno de bordo para avaliações diárias, portfólio individual da criança para registros significativos do percurso de desenvolvimento da criança ao longo do ano, tais como produções gráficas, registros fotográficos de experiências, registro de observações a partir da observação do comportamento, das interações, da linguagem, da

motricidade e das emoções das crianças nas diferentes situações do cotidiano. E evidências das interações e brincadeiras, ficha de acompanhamento avaliação da aprendizagem, a última deve ser preenchida no SIGE;

21. **Educação Infantil ESCOLAS**- que atende a etapa educação infantil deve adotar o portfólio para avaliações diárias/semanal, ficha da escrita e grafismo/desenho (semestral), ficha diagnóstica (anual) e ficha de habilidades (bimestrais), a última deve ser preenchida no SIGE;
22. **Educação Infantil ESCOLAS - FICHA DO GRAFISMO** –sequência para realização desta avaliação:
23. 1ª Etapa - construção de sequência didática;
24. 2ª Etapa - aplicação do instrumento de avaliação dos níveis da escrita e grafismo/desenho no final do semestre.
25. 3º momento – Preenchimento da ficha para análise e observação do professor e composição do portfólio.

## **7.6 ORIENTAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO E CADERNO DE BORDO DAS TURMAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Portfólio é um documento que propicia ao professor acompanhar e avaliar os avanços dos estudantes no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, permitindo a reflexão e implementação de estratégias para alcançar todas as suas potencialidades. É uma forma de sistematizar o trabalho desenvolvido com às crianças num determinado período, suas construções e conquistas. Segundo SHORE e GRACE, 2021 “documento que pode ser utilizado também como forma de o professor arquivar tudo o que foi realizado durante o trabalho daquele ano ou projetos específicos”. O portfólio será entregue para gerente de Educação Infantil ao final de cada semestre.

Portfólio:

26. Capa, Folha de Rosto; Apresentação do professor: Nome completo, formação, especialização, tempo de atuação, experiências de trabalho na educação infantil. Apresentação da Turma: Pré Escolar I e Pré Escolar II, turno, quantidade de estudantes por turma (masculino e feminino).

27. Rotina diária por momentos; atividades e experiências propostas, e destas escolher uma para dá ênfase como a atividade exitosa do bimestre;

**Atividades que devem compor o portfólio:** fichas do nome: Escrita do nome de cada criança de forma espontânea; registros fotográficos das atividades desenvolvidas com breve texto de apresentação, com que intencionalidade pedagógica quais habilidades desenvolvidas; cópia de um planejamento semanal/quinzenal por bimestre; Relatório individual de desenvolvimento do aluno bimestral; Plano Educacional Individualiza do (Crianças com necessidades educacionais específicas); Laudo médico da criança; Relatório de conclusão e desenvolvimento da turma.

### **Caderno de bordo**

O caderno de bordo é o instrumento de registro escrito do professor para documentar os acontecimentos do cotidiano da sua turma; suas preocupações, avanços, dificuldades, necessidades, aprendizagens, conquistas das crianças, (situações individuais ou coletivas), movimentos e desenvolvimentos do dia e como as atividades foram aceitas pela turma.

**Observações:** O caderno de bordo como instrumento de observação permite que sejam feitas intervenções imediatas a partir da análise da evolução da criança, quando bem elaborado possibilita ao docente melhorar sua prática pedagógica significativamente.

*Nenhum instrumento citado aqui e/ou adotados pela escola objetiva a retenção das crianças na etapa da Educação Infantil.*

### **7.7 – PERFIL PROFESSOR (A) LOTADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O professor de Educação Infantil ao organizar sua ação pedagógica deve desempenhar as dimensões do cuidar e educar. Para cuidar de criança pequena, sobretudo às de zero a cinco anos, deve ter compromisso com a sua formação inicial, permanente e continuada; possuir princípios éticos; estar atento e observar os conhecimentos dos seus alunos; e refletir sobre a prática direta com as crianças através da observação, registro, planejamento e avaliação.

Para os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, a função do professor é garantir o bem-estar, assegurar o crescimento, promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças da Educação Infantil sob sua responsabilidade. São funções dos professores de Educação Infantil:

28. Assegurar que bebês e crianças sejam atendidos em suas necessidades de saúde: nutrição, higiene, descanso e movimentação;
29. Assegurar que bebês e crianças sejam atendidos em suas necessidades de proteção, e nos períodos de adaptação;
30. Encaminhar a seus superiores, os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos;
31. Possibilitar que bebês e crianças possam exercer a autonomia de acordo com seu estágio de desenvolvimento;
32. Auxiliar bebês e crianças nas atividades que não podem realizar sozinhos;
33. Alternar brincadeiras de livre escolha das crianças, momentos mais agitados com outros mais calmos, atividades ao ar livre em salas e as desenvolvidas individualmente com as realizadas em grupos;
34. Organizar atividades nas quais bebês e crianças desenvolva a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão em suas múltiplas linguagens, ou seja, linguagem dos gestos, do corpo, plástica, verbal, musical, escrita, virtual;
35. Garantir o direito de vivências fora da sala de aulas em espaços organizados na unidade escolar;
36. Possibilitar que bebês e crianças expressem com tranquilidade sentimentos e pensamentos;
37. Realizar atividades nas quais bebês e crianças possam ampliar seus conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura;
38. Organizar situações nas quais seja possível que bebês e crianças diversifiquem atividades, escolhas e companheiros de interação;
39. Criar condições favoráveis à construção do autoconceito e da identidade pela criança em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural brasileira;
40. Intervir para assegurar que bebês e crianças possam movimentar-se em espaços amplos diariamente;

41. Intervir para assegurar que bebês e crianças tenham opções de atividades e brincadeiras que correspondam aos interesses e às necessidades apropriadas às diferentes faixas etárias;
42. Garantir oportunidades iguais a meninos e meninas, sem discriminação de etnia, opção religiosa ou das crianças com necessidades educacionais especiais;
43. Valorizar atitudes de cooperação, tolerância recíproca e respeito à diversidade e orientar contra discriminação de gênero, etnia, opção religiosa ou às crianças com necessidades educacionais especiais.

O professor deve criar condições favoráveis para que as crianças se sintam seguras e aprendam a viver em coletividade num ambiente saudável e acolhedor. Isto é, aprendam nas vivências a se expressar, explorar, compartilhar enquanto se desenvolvem e se apropriam da sua identidade com autonomia.

## **8. O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

O Ensino Fundamental é a segunda etapa e a mais longa da Educação Básica, com nove anos de duração. Atende os estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Infantil, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo

mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo.

**Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental**, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

### **8.1-CRITÉRIOS PARA O ALUNO SER CONSIDERADO ALFABETIZADO AO FINAL DO 1º e 2º ANO.**

Ao final do 1º Ano do Ensino Fundamental – Considera-se como alfabetizados os estudantes que relacionam letra ao som em frases (lê frases) e produz pequenas frases com possibilidade de leitura.

No 2º ano, do ponto de vista da política pública de alfabetização do governo federal, considera-se como indicativo de **estudantes alfabetizados** os que desenvolveram habilidades necessárias e pontuaram 743 pontos na escala de proficiência. **Conhecimentos necessários:**

- Leem palavras, frases e textos curtos;
- Localizam informações explícitas em textos curtos (até seis linhas), como em bilhete, crônica e fragmento de conto infantil;
- Inferem informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal, como em tirinhas e cartazes;
- Escrevem ortograficamente palavras com regularidades diretas entre fonemas e letras;
- Escrevem textos que circulam na vida cotidiana, ainda que com desvios ortográficos ou de segmentação.

### **8.2– A AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO**

A avaliação na alfabetização, ou seja, nos 1º e 2º anos serão realizadas observando as habilidades dos componentes curriculares apresentados na Base

Nacional Comum Curricular – BNCC/DCT.A equipe da SEMED conta com instrumentos para monitoramento/acompanhamento do trabalho pedagógico das equipes escolares e para avaliação do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação. Também orienta que cada Unidade Escolar defina os instrumentos e **sistematize no seu PPP**. São instrumentos para monitoramento/acompanhamento e avaliação no ciclo de alfabetização; **FICHA DE LEITURA, ESCRITA PRODUÇÃO E LINGUAGEM ORAL (mensal), FICHA DE AVALIAÇÃO POR CONCEITOS (bimestral SIGE) e PROVAS FORMATIVAS.**

1. Dentre as ações pedagógicas deverá ser realizado diagnóstico inicial de leitura e escrita individualmente, o resultado deverá ser informado no instrumento(ficha) onde será marcado a situação de cada aluno e estas informações devem servir como referência para o plano de aula. Após, o docente regente fará uso deste instrumento mensalmente.
2. Adotar aplicação de prova diagnóstica e provas formativas da plataforma CAED ou outra plataforma do governo federal, estadual ou elaborar avaliações internas a partir de habilidades do BNCC/DCT e DESCRITORES DO SAEB.

**Ao longo do Ensino Fundamental (3º ao 5º ano)** – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da ampliação dos conteúdos curriculares.

### **8.3 - CRITÉRIOS QUE SE ESPERA DO ALUNO AO CONCLUIR O 5º ANO.**

Considerando as habilidades essenciais da BNCC/DCT, instrumento de monitoramento da aprendizagem adotado pela rede e Descritores do SAEB 5º ano do

ensino fundamental, a Secretaria Municipal de Educação define que ao final do 5º ano o aluno deve:

**QUADRO 1**

**MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB: TÓPICOS E SEUS DESCRITORES  
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA	
D1	Localizar informações explícitas em um texto.
D3	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
D4	Inferir uma informação implícita em um texto.
D6	Identificar o tema de um texto.
D11	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
II. IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO	
D5	Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, fotos etc.).
D9	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.
III. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS	
D15	Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que abordam o mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.
IV. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO	
D2	Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade dele.
D7	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.
D8	Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto.
D12	Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.
V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO	
D13	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
D14	Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.
VI. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	
D10	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

Fonte: Elaborado pela Daeb/Inep com base no Saeb 2001 (Brasil, Inep, 2002).

QUADRO 1

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA DO SAEB: TEMAS E SEUS DESCRITORES – 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

(continua)

I. ESPAÇO E FORMA	
D1	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
D2	Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.
D3	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos.
D4	Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).
D5	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.
II. GRANDEZAS E MEDIDAS	
D6	Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.
D7	Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.
D8	Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.
D9	Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.
D10	Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.
D11	Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.
D12	Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.
III. NÚMEROS E OPERAÇÕES/ÁLGEBRA E FUNÇÕES	
D13	Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.
D14	Identificar a localização de números naturais na reta numérica.
D15	Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.
D16	Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.
D17	Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.
D18	Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.
D19	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

## QUADRO 1

### MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA DO SAEB: TEMAS E SEUS DESCRITORES – 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

(conclusão)

D20	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão: multiplicação comparativa, idéia de proporcionalidade, configuração retangular e combinatória.
D21	Identificar diferentes representações de um mesmo número racional.
D22	Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica.
D23	Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro.
D24	Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.
D25	Resolver problema com números racionais expressos na forma decimal envolvendo diferentes significados da adição ou subtração.
D26	Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).
<b>IV. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</b>	
D27	Ler informações e dados apresentados em tabelas.
D28	Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas).

Fonte: Elaborado pela Saeb/Inep com base no Saeb 2001 (Brasil. Inep, 2002).

Nos demais componentes curriculares (ciências humanas e ciências da natureza seguem observando os descritores do SAEB. Segue o link :Matriz de Referência de Ciências da natureza.indd\_2020.indd (inep.gov.br).

#### **8.4 - PERFIL DO PROFESSOR (a) ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, FINAIS E EJA.**

- Saberes específicos das disciplinas ou áreas de conhecimento;
- Saberes pedagógicos;
- Saberes práticos e atitudes;
- Propor diferentes atividades nas aulas (lúdico);
- Conviver e respeitar o estudante e cuidar da sua individualidade;
- Acompanhar os estudantes com dificuldade de aprendizagem;
- Ser um mentor para os estudantes descobrirem seus interesses e talentos;
- Dominar o conteúdo;
- Usar tecnologia e saber se comunicar;
- Estimular a participação dos estudantes;
- Saber mediar trabalhos em grupo;

- Ser paciente e se aproximar do estudante;
- Inovador;
- Estimular autoestima dos estudantes.

### **Planejador**

- Planeja atividades a partir da realidade a qual se destina, favorecendo a construção da autonomia intelectual;
- Identifica, caracteriza problemas na aprendizagem e busca soluções;
- Prioriza o que é relevante para solucionar problemas;
- Antecipa possibilidades que permitam planejar intervenções;
- Considera a diversidade da sala de aula e atende com atividades próprias;

### **Cooperador e estudioso**

- É aberto e disponível à aprendizagem;
- Trabalha em colaboração com os pares;
- Reflete sobre a própria prática;
- Utiliza a leitura e a escrita em favor do desenvolvimento pessoal e profissional;
- Trabalha com rotinas pedagógicas;
- Organiza racionalmente o tempo escolar;
- Organiza o espaço em função das propostas de ensino e aprendizagem;
- Define prioridade considerando o foco da aprendizagem;

## **8. 5 - A AVALIAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL (3º ao 9º ano e EJA).**

A avaliação a partir do 3º ano no ensino regular e na EJA será expressa em notas graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), admitida a variação de uma casa decimal.

A avaliação na rede deverá obrigatoriamente ser somatória, realizando, **no mínimo** três avaliações bimestrais devendo-se observar o seguinte contexto: 50% divididos em duas avaliações e 50% em seminários, debates, participação em atividades, pesquisas e outros.

1. Deverá ser oportunizado aos alunos recuperação, e prevalecerá a nota maior: da recuperação ou a anterior.
2. Durante o ano letivo, o aluno de 3º ao 9º ano do ensino fundamental obterá quatro médias, resultantes das avaliações da aprendizagem correspondente a cada bimestre, exceto a EJA que obterá duas médias durante o semestre letivo.

3. A avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência, será adequada ao seu nível de desenvolvimento.

**Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano)**, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais.

Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentralização, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

Assim, no **Ensino Fundamental – Anos Finais**, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

**Nesse sentido, cada Instituição de Ensino deve sistematizar em seu PPP ações ou projetos que atendam às necessidades das transições entre as etapas dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental.**

## **9. – AVALIAÇÃO**

Todas as avaliações são importantes no cenário educacional; seja a avaliação institucional, diagnóstica, formativa ou somativa; desde que, tenha intencionalidade

pedagógica clara. A SEMED orienta que cada Unidade Escolar comece o ano letivo e já reunindo sua equipe para a avaliação institucional e durante o mês de fevereiro começa-se o processo de avaliação dos seus estudantes.

A Avaliação Diagnóstica é um instrumento pedagógico que ajuda a identificar a realidade de cada turma, observando se os estudantes chegaram ao ano matriculado com as habilidades essenciais desenvolvidas para o ano em curso e refletir sobre as dificuldades, definindo assim quais as intervenções pedagógicas necessárias para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação diagnóstica deve ser realizada ao longo do mês de fevereiro, com todo o público da educação básica – Educação infantil, Ensino Fundamental anos iniciais; finais e EJA.

Em 2026, todos os alunos matriculados em turmas de 2º e 5º anos serão avaliados pelo Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins - **SAETO**. Faz-se necessário ressaltar a importância do questionário socioeconômico do SAETO que será aplicado aos estudantes do 5º ano no dia da aplicação da prova somativa ao final do ano. Já nas avaliações do SAEB, para estudantes do 2º ano é aplicada prova de forma amostral e 5º e 9º anos são aplicados **questionários e provas** em todas as turmas a partir de 10 alunos matriculados, conforme censo do ano anterior.

É imprescindível que cada Unidade Escolar da rede, organize para aplicar pelo menos uma prova interna bimestral no mesmo formato das avaliações externas, com questões objetivas e preenchimento de gabaritos a partir do 3º ano, objetivando assim, familiarizá-los com a prática nacional de avaliações. Ou, já adote para sua escola as provas da plataforma CAED como um dos instrumentos de avaliação da escola considerando sempre que a nota dos estudantes não deverá ser somente dessa prova mas observar as orientações referentes o que compõe a nota nos demais documentos disponibilizados.

## **10.- EDUCAÇÃO INTEGRAL**

A Educação Integral constitui uma concepção educativa comprometida com a formação humana em sua integralidade, reconhecendo os estudantes como sujeitos de direitos e considerando as dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e cidadã do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar está associada à ampliação das oportunidades de aprendizagem, das vivências e das experiências educativas, promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes. Fundamenta-se nos princípios da equidade, inclusão, respeito à

diversidade, valorização dos territórios educativos, integração entre escola e comunidade, gestão democrática, protagonismo estudantil e garantia do direito à aprendizagem. Sua organização pressupõe a articulação entre currículo, tempos, espaços, saberes e práticas pedagógicas que contribuam efetivamente para a formação integral dos estudantes.

No município de Araguatins, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral está regulamentada pelo Decreto Municipal nº 229, de 30 de junho de 2025, que estabelece diretrizes para a implementação da Educação Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), o Plano Municipal de Educação e a Resolução CNE/CEB nº 07/2025 que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

### **10.1 - Educação Integral em Tempo Integral**

A Rede Municipal de Ensino iniciou a oferta da Educação Integral em 2014, no Centro de Educação Infantil (CEI). Em 2021, ampliou essa política para o Ensino Fundamental, com a implantação da Educação Integral em Tempo Integral nas **Escolas Municipais Professora Nair Duarte e Aureliano José Ferreira**, atendendo às metas previstas no Plano Municipal de Educação, especialmente a Meta 6, que prevê a ampliação da oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas.

Nessas unidades escolares, além dos componentes curriculares do Núcleo Comum, são desenvolvidos componentes da Parte Diversificada, organizados de forma integrada ao currículo e voltados ao desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, culturais, ambientais e cidadãs dos estudantes.

#### **A organização curricular contempla atividades de:**

- Acompanhamento Pedagógico em Língua Portuguesa;
- Acompanhamento Pedagógico em Matemática;
- Educação Musical;
- Educação Ambiental e Sustentável;
- Esporte e Lazer;
- Informática Básica;

- Leitura, Produção e Contação de Histórias;
- Cultura, Identidade e Cidadania;
- Educação Alimentar e Nutricional;
- Educação Financeira.

O funcionamento das escolas de tempo integral ocorre em jornada superior a **nove horas** diárias, com atendimento de segunda a sexta-feira. A rotina pedagógica contempla momentos destinados ao desenvolvimento dos componentes curriculares do Núcleo Comum, atividades da Parte Diversificada, alimentação, higiene, descanso, recreação e convivência, compreendendo a educação como um processo que integra diferentes dimensões da vida do estudante.

### **Rotina de Atendimento**

- ✓ **Entrada: 7h15min às 11h30min** – com intervalo de 15 min. (Núcleo comum).
- ✓ **1h30min** – Para almoço, higienização, descanso e brincadeiras livres.
- ✓ **13h às 16h45min** – Aulas da Parte Diversificada – Com intervalos de 15min para brincadeiras livre.

As práticas pedagógicas desenvolvidas devem favorecer o protagonismo estudantil, a interdisciplinaridade, a contextualização dos conteúdos, a valorização dos saberes locais e a construção de experiências significativas de aprendizagem.

## **10.2 - Programa Nacional Escola em Tempo Integral**

Em julho de 2023, a Secretaria Municipal de Educação de Araguatins aderiu ao Programa Nacional Escola em Tempo Integral, instituído pelo Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar a oferta de matrículas em tempo integral e fortalecer a política de Educação Integral na rede municipal de ensino.

O Programa integra um conjunto de estratégias voltadas ao alcance da Meta 6 do Plano Nacional de Educação, promovendo a ampliação progressiva da educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras. Sua implementação ocorre em regime de colaboração entre União, estados e municípios, visando ampliar as oportunidades educacionais, reduzir desigualdades e garantir melhores condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

No município, a expansão das matrículas pactuadas pelo Programa contempla as etapas da Creche, Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, fortalecendo

as ações previstas na Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e ampliando as oportunidades de desenvolvimento integral dos estudantes.

#### **10.4 - Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais com Jornada Ampliada**

Com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas e fortalecer o desenvolvimento integral dos estudantes, a Secretaria Municipal de Educação implantou, em 2021, a **Jornada Ampliada** para o Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais. Inicialmente ofertada em formato remoto, a ação contemplou dezoito unidades escolares da rede municipal, sendo três localizadas na zona urbana e quinze na zona rural. Com o retorno das atividades presenciais em 2022, foi necessária a reorganização dos tempos e espaços escolares, observando as especificidades de cada unidade de ensino e o disposto na Instrução Normativa nº 001/2022, que assegura a oferta de 15 horas semanais destinadas à Jornada Ampliada.

A Jornada Ampliada constitui uma estratégia de ampliação dos tempos de aprendizagem, desenvolvida no contraturno escolar, articulada ao currículo da rede e aos princípios da Educação Integral. Sua finalidade é ampliar as oportunidades educativas dos estudantes por meio de atividades que fortaleçam o desenvolvimento acadêmico, social, cultural, ambiental e esportivo.

Os componentes curriculares da Parte Diversificada são organizados da seguinte forma:

- Acompanhamento Pedagógico em Língua Portuguesa – 4 horas semanais;
- Acompanhamento Pedagógico em Matemática – 3 horas semanais;
- Educação Ambiental e Sustentável – 4 horas semanais;
- Esporte e Lazer – 4 horas semanais.

O atendimento ocorre nos turnos matutino e vespertino, com intervalo para almoço realizado fora da unidade escolar, conforme a organização de cada comunidade escolar.

A distribuição da carga horária da Jornada Ampliada deverá ocorrer, preferencialmente, de segunda a quinta-feira, ficando a sexta-feira destinada ao planejamento, estudo, avaliação das ações pedagógicas e formação continuada dos professores e monitores que atuam nessa modalidade.

As atividades desenvolvidas na Jornada Ampliada devem estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico da escola, ao currículo da rede e às necessidades de

aprendizagem dos estudantes, garantindo intencionalidade pedagógica, acompanhamento sistemático do processo educativo e integração entre o Núcleo Comum e a Parte Diversificada.

Todas as unidades escolares deverão assegurar, tanto no período regular quanto na Jornada Ampliada, o mínimo de 15 (quinze) minutos diários destinados ao recreio e às atividades livres dos estudantes, reconhecendo esses momentos como parte integrante do processo educativo, da convivência escolar e do desenvolvimento integral.

## **11. MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS NA REDE MUNICIPAL**

### **11.1 - EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica assegurada como direito ao alunado que não conseguiu usufruir dos direitos de aprendizagem propostos pela educação básica na idade certa, ou seja, àqueles que iniciaram e interromperam o seu processo educativo escolar. Essa modalidade possui identidade própria, pautada pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade; pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora e suas políticas educacionais mais expressivas têm seu início com a Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9.394/96), Pareceres e Resoluções oriundos do MEC também mencionam a modalidade, assim como o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação. A Resolução nº 01/2021 – nosso objeto de análise - é a normativa mais específica até o momento e instituiu os critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros que orientarão a organização da modalidade EJA.

No ano de 2026, a Rede Municipal de Ensino de Araguatins ofertou matrículas nas escolas da rede, porém houve a formação de apenas uma turma do Primeiro Segmento e uma turma do segundo segmento sendo uma na Escola Municipal Maria de Lourdes Milhomem Fernandes, localizada na zona urbana, e outra na Escola Municipal Padre Vitório, situada na zona rural.

A Rede Municipal ainda não possui Referencial Curricular próprio para a modalidade EJA, utilizando como documento norteador para o planejamento pedagógico o Documento Curricular do Estado do Tocantins (DCT).

## **11.2-ORGANIZAÇÃO DA OFERTA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A oferta da modalidade EJA no Município de Araguatins dar-se-á das seguintes formas:

I - EJA presencial (REGULAR) em que estudantes e professores estão disponíveis e presentes na unidade escolar nos horários estabelecidos pelo curso, com carga horária definida na estrutura curricular, aprovada pelo órgão competente, sendo o professor um elemento fundamental na mediação do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo uma interação e contato com maior proximidade;

II- EJA Multietapa- EJA Multietapas, no que diz respeito à formação das turmas presenciais, nos casos em que o número de estudantes não corresponde ao estabelecido na Estratégia de Matrícula do Sistema de Ensino e/ou quando a estrutura física ou a especificidade de atendimento não comporta a composição de turmas por etapa, separadamente, propõe-se a abertura da EJA Multietapas. Essa estratégia de formação de turmas da EJA visa atender, principalmente, sujeitos do campo, comunidades indígenas e quilombolas, privados de liberdade, população em situação de rua, educação especial, entre outros. (BRASIL, 2021a, p. 16).

A SEMED em 2025 e 2026 realizou levantamento de demanda nas escolas de zona urbana e zona rural e foram abertas turmas nas escolas municipais que houveram procura de no mínimo 15 estudantes da mesma etapa ou em diferentes etapas.

### **11.3 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA 2026**

#### **ORIENTAÇÕES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL**

As orientações pedagógicas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Araguatins, fundamentam-se prioritariamente no Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que instituem a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, bem como na Lei nº 9.394/1996 (LDB), na Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira da Inclusão – LBI/Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais normativas correlatas.

#### **1. Concepção de Educação Especial Inclusiva**

A Educação Especial é uma modalidade transversal a todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, ofertada preferencialmente na rede regular, com o objetivo de garantir o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns. Conforme o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o art. 1º, §3º, do Decreto nº 12.686/2025, com redação dada pelo Decreto nº 12.773/2025, essa modalidade destina-se a estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Nesse contexto, o sistema educacional inclusivo pressupõe a organização do ensino comum de forma a atender à diversidade, por meio da eliminação de barreiras, da adoção de adaptações razoáveis, do uso de tecnologias assistivas e da implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

## 2. Do Público alvo da Educação Especial

São considerados público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação que demandem apoios especializados, nos termos dos arts. 58 a 60 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e do Decreto nº 12.686/2025.

Em consonância com a legislação vigente, para fins de atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE):

I – Estudantes com deficiência: aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas;

II – Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): aqueles que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, com comprometimentos na comunicação, na interação social e na presença de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, conforme classificação vigente;

III – Estudantes com altas habilidades ou superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado e desempenho superior em uma ou mais áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, tais como intelectual, acadêmica, liderança,

psicomotora, artes ou criatividade, associadas a elevado envolvimento com a aprendizagem.

Nos casos em que o Atendimento Educacional Especializado for ofertado em ambiente hospitalar ou domiciliar, este deverá ocorrer de forma complementar ou suplementar à escolarização do estudante, assegurando a continuidade do processo educativo, em articulação com a escola de origem e respeitando as normativas do sistema de ensino.

### 3. Do Atendimento Educacional Especializado – AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar e suplementar ao ensino comum, não substitutivo à escolarização, devendo ser ofertado de forma articulada ao currículo da classe regular.

O AEE será organizado a partir de estudo de caso pedagógico, que fundamentará a elaboração e atualização contínua do:

- Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE); e
- Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 12.686/2025, com redação atualizada pelo Decreto nº 12.773/2025.
- Os respectivos documentos (PAEE/PEI) devem ser elaborados em até 30 dias após a matrícula do estudante.

O PAEE e o PEI constituem documentos pedagógicos obrigatórios, integram o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar e têm por finalidade orientar: I – o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula comum; II – as ações específicas do AEE; III – as práticas colaborativas entre professores, equipe gestora e equipe multiprofissional; e IV – as estratégias de articulação intersetorial.

### 4. Do Estudo de Caso

O estudo de caso (EC) constitui-se em metodologia pedagógica fundamental para a produção, sistematização e registro de informações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), configurando-se como etapa inicial indispensável para a identificação e o acompanhamento do estudante público da Educação Especial.

Esse procedimento tem por finalidade compreender o estudante em sua singularidade, considerando suas demandas educacionais, potencialidades, contextos de aprendizagem e as barreiras existentes no ambiente escolar.

O estudo de caso compreende as seguintes etapas:

- identificação das demandas individuais e das barreiras que interferem na participação e na aprendizagem;
- análise do contexto escolar e das condições de acessibilidade;
- reconhecimento das potencialidades do estudante e das necessidades de apoio;
- definição de estratégias pedagógicas, recursos e serviços de acessibilidade voltados à eliminação ou minimização das barreiras identificadas.

O resultado do estudo de caso fundamenta a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI), orientando a organização do AEE de forma articulada com o ensino comum.

A participação do estudante e de seus familiares ou responsáveis deve ser assegurada ao longo de todo o processo, contribuindo para o levantamento do histórico escolar, das estratégias já utilizadas e das necessidades atuais, bem como para o acompanhamento da implementação das ações previstas no plano.

Sempre que necessário, o estudo de caso deverá contar com a articulação intersetorial, por meio do diálogo com profissionais da saúde, da assistência social e de órgãos de proteção, respeitando as atribuições de cada área.

Os recursos de acessibilidade devem ser planejados de modo a garantir o acesso ao currículo, a participação nas atividades escolares e o desenvolvimento da aprendizagem, abrangendo tecnologias assistivas, serviços, estratégias pedagógicas e adaptações nos ambientes, materiais, mobiliários, sistemas de comunicação e informação.

A avaliação biopsicossocial da deficiência poderá ser utilizada como documento subsidiário, quando disponível, não sendo exigência obrigatória para a oferta do AEE, que não poderá ser condicionada à apresentação de laudos ou diagnósticos clínicos.

## **5. Planejamento e práticas pedagógicas inclusivas**

As unidades escolares deverão assegurar:

- Planejamento pedagógico flexível e acessível, fundamentado no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);
- Adequações curriculares, metodológicas, avaliativas e de acessibilidade, conforme as necessidades educacionais individuais;
- Uso de recursos de tecnologia assistiva e de comunicação aumentativa e alternativa, quando necessário;
- Registros pedagógicos sistemáticos que evidenciem o desenvolvimento, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A avaliação da aprendizagem deverá ter caráter processual, formativo e contínuo, considerando o progresso individual do estudante e evitando práticas excludentes.

## 6. Profissionais da Educação Especial

O professor do AEE deverá possuir formação inicial para o exercício da docência e formação continuada específica em educação especial inclusiva, conforme o art. 13 do Decreto nº 12.686/2025, com carga horária mínima 360 horas estabelecida em normativas do Ministério da Educação.

O profissional de apoio escolar terá formação inicial de, no mínimo, nível médio; e formação continuada, com carga horária de, no mínimo, cento e oitenta horas, nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Educação.

atuará em consonância com o PAEE e o PEI, com atribuições voltadas à promoção da autonomia, participação e segurança do estudante no contexto escolar, sendo sua oferta definida a partir do estudo de caso pedagógico, independentemente de laudo ou diagnóstico médico, conforme arts. 14 e 15 do referido Decreto.

## 7. Organização institucional e responsabilidades

Compete às unidades escolares:

- Garantir a implementação das orientações desta Instrução Normativa;
- Assegurar a articulação entre professores da classe comum, AEE, equipe gestora e equipe multiprofissional;
- Inserir as ações da educação especial inclusiva no PPP;
- Promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e combatam qualquer forma de discriminação.

À Secretaria Municipal de Educação compete assegurar apoio técnico, pedagógico e formativo às unidades escolares, bem como promover a articulação intersetorial necessária à atenção integral ao público da educação especial, conforme os princípios estabelecidos no Decreto nº 12.686/2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025.

## 8. SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO

Em consonância com os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, a Rede Municipal de Ensino de Araguatins reafirma o compromisso com um sistema educacional inclusivo, fundamentado na corresponsabilidade institucional, na eliminação de barreiras e na garantia de condições pedagógicas adequadas à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular.

Conforme o § 3º do conforme o decreto 12.773/2025:

“A garantia do sistema educacional inclusivo ocorre por meio da organização do sistema educacional geral, de forma a assegurar que os estudantes que são público da educação especial tenham o direito a ser incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem”.

Nesse sentido, o Município vem organizando e fortalecendo ações pedagógicas e estruturais voltadas à inclusão escolar, dentre as quais se destacam a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a atuação da Equipe Multiprofissional, bem como a articulação intersetorial com as políticas de saúde e assistência social, quando necessário, respeitando a centralidade da escola e do processo educativo.

A Rede Municipal dispõe atualmente de Salas de Recursos Multifuncionais em funcionamento nas seguintes Unidades de Ensino: *Escola Municipal de Tempo Integral Professora Nair Duarte, Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Milhomem Fernandes, Escola Municipal São Vicente Ferrer e Escola Municipal Vereador Guilherme Parente*, esta última em fase de estruturação e aquisição de materiais e equipamentos. Além dessas, a *Escola Municipal Padre Vitório* foi contemplada no último ano com o PDDE Equidade (2025). As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) existentes destinam-se ao atendimento, no contraturno, dos estudantes público-alvo do AEE matriculados nas diversas Unidades de Ensino do município, conforme critérios pedagógicos e normativos vigentes.

O Município de Araguatins mantém, ainda, convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), instituição que atua na escolarização dos estudantes com deficiência, oferecendo práticas educativas e serviços especializados, bem como atendimento na área da saúde.

O presente documento fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, da valorização da identidade, da participação social e do exercício pleno da cidadania, assegurando o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, conforme estabelecem a Constituição Federal, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) e os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025.

A pessoa com deficiência tem direito à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, garantindo-se uma aprendizagem ao longo da vida, com vistas ao máximo desenvolvimento possível de suas habilidades e potencialidades físicas, sensoriais, intelectuais, comunicacionais, sociais e emocionais, de acordo com suas características, interesses e necessidades educacionais, vedada qualquer forma de discriminação ou exclusão do ensino regular.

#### 9. Da matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial e do financiamento do AEE

Considera-se regular e válida, para fins pedagógicos, administrativos e de registro no Censo Escolar, a matrícula do estudante público-alvo da Educação Especial nas seguintes condições:

I – Matrícula em classe comum do ensino regular e em Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola pública;

II – Matrícula em classe comum do ensino regular e em Sala de Recursos Multifuncionais de outra escola pública da rede municipal;

III – Matrícula em classe comum do ensino regular e em Centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição pública de Educação Especial;

IV – Matrícula em classe comum do ensino regular e em Centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, devidamente conveniadas com o poder público.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE) está condicionado à matrícula do estudante no ensino regular da

rede pública, com registro no Censo Escolar/MEC/INEP, em conformidade com as normas vigentes do FUNDEB.

## **10. Das responsabilidades da Instituição de Ensino**

A oferta da educação básica aos estudantes público-alvo da Educação Especial, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, deverá assegurar:

I – o padrão de qualidade social da educação, considerando as especificidades dos estudantes e a garantia de condições equitativas de acesso, permanência, participação e aprendizagem;

II – o zelo pelas aprendizagens, com acompanhamento sistemático do desenvolvimento educacional dos estudantes, respeitando seus ritmos, potencialidades e necessidades;

III – a continuidade do desenvolvimento das competências e dos objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, bem como nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades escolares, ao longo do ano letivo;

IV – o acesso dos docentes às tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como aos recursos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e demais tecnologias assistivas, para subsidiar a elaboração, implementação e avaliação do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), do Plano Educacional Individualizado (PEI), dos Planos de Intervenção Precoce na Infância (PIPI) e das atividades pedagógicas, conforme as necessidades dos estudantes;

V – o acesso de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino regular, em condições de igualdade de oportunidades de aprendizagem, com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), assegurando acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos, considerando suas especificidades educacionais.

## **11. Do atendimento colaborativo e multidisciplinar aos estudantes da Educação Especial**

O atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial deverá ser assegurado de forma institucional, colaborativa e multidisciplinar, por meio da articulação entre os seguintes serviços e profissionais:

I – Equipe Multiprofissional da SEMED, composta por psicólogo, assistente social, pedagogo, orientador educacional e outros profissionais, conforme a necessidade educacional dos estudantes e as normativas vigentes;

II – Guias-intérpretes, quando necessário, para o atendimento a estudantes com surdocegueira ou deficiência múltipla associada à deficiência sensorial;

III – Professores bilíngues em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, para o atendimento educacional de estudantes surdos, conforme as especificidades linguísticas;

IV – Professores da Educação Especial, responsáveis pela docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pela articulação pedagógica com o ensino comum;

V – Assistentes de aluno (AA), conforme as normas municipais vigentes, destinados ao apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção, na interação social e na comunicação, quando comprovada a necessidade funcional do estudante por meio do Estudo de Caso.

## **12. Da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar, organizar e disponibilizar recursos pedagógicos, estratégias e serviços de acessibilidade, com vistas à eliminação de barreiras que possam comprometer o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, considerando suas necessidades educacionais específicas, conforme estabelecem os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025.

O atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial será realizado, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, prioritariamente nas classes comuns do ensino regular, sendo o AEE ofertado de forma complementar ou suplementar, preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais, em horário de contraturno, quando houver.

As unidades escolares deverão observar os critérios técnicos e pedagógicos definidos pelo Ministério da Educação, mantendo atualizados os dados dos estudantes no Censo Escolar e nos sistemas oficiais de gestão educacional (SIGE), a fim de assegurar a regularidade administrativa e o adequado planejamento das ações pedagógicas, evitando inconsistências ou incoerências.

### **13. Da organização do AEE no Projeto Político-Pedagógico (PPP)**

A oferta do Atendimento Educacional Especializado deverá constar de forma expressa no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular, prevendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I – Sala de Recursos Multifuncionais: com espaço físico adequado, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como equipamentos específicos, conforme as necessidades dos estudantes;

II – Matrícula do estudante no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular, na própria unidade escolar ou em outra escola da rede;

III – Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE): com base no Estudo de Caso (EC), contendo a identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, a definição dos recursos e estratégias pedagógicas, as atividades a serem desenvolvidas, o cronograma de atendimento e o acompanhamento da evolução do estudante;

IV – Professor habilitado para a docência no AEE: formação inicial que o habilite ao exercício da docência; e formação continuada para a educação especial inclusiva, com carga horária de, no mínimo, trezentas e sessenta horas, nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Educação

V – Profissionais de apoio, tais como tradutor e intérprete de Libras, guia-intérprete e assistentes de alunos que atuem no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção, na interação social e na comunicação, conforme a necessidade funcional do estudante;

VI – Articulação pedagógica permanente entre os professores do AEE e os professores do ensino comum, assegurando o planejamento colaborativo e a corresponsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem;

VII – Redes de apoio, no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outras ações que contribuam para a efetivação do AEE.

#### **14. Da organização do AEE e do encaminhamento dos estudantes**

Na hipótese de inexistência de vagas nas Salas de Recursos Multifuncionais da unidade escolar de matrícula do estudante, este deverá ser encaminhado para outra unidade escolar da rede municipal, preferencialmente a mais próxima de sua residência, que disponha de oferta de AEE no contraturno, cabendo ao Município assegurar as condições necessárias para o atendimento.

É dever do Município garantir a oferta e a matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da Educação Especial, sendo a adesão ao atendimento facultativa à família ou ao próprio estudante, conforme previsto na legislação vigente, vedada qualquer forma de imposição ou restrição ao acesso ao ensino regular.

As turmas das Salas de Recursos Multifuncionais deverão observar parâmetros pedagógicos que assegurem a qualidade do atendimento, recomendando-se a composição mínima de 07 (sete) e máxima de 15 (quinze) estudantes por professor(a), respeitadas as especificidades dos estudantes atendidos e as condições pedagógicas da unidade escolar.

Para atuação no AEE, o(a) professor(a) deverá possuir formação inicial que o habilite para o exercício da docência, acrescida, preferencialmente, de formação continuada específica em Educação Especial, bem como conhecimentos e experiências adquiridos por meio de formação formal e/ou práticas pedagógicas, em consonância com as diretrizes do sistema de ensino.

#### **15. Das disposições sobre o perfil e a atribuição do Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva**

A unidade escolar somente fará jus à função de Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva mediante comprovação pedagógica da necessidade, fundamentada no grau de funcionalidade do estudante, quando este não desenvolver, com autonomia e independência, as atividades relacionadas à alimentação, higiene e locomoção, **na interação social e na comunicação**, observados os princípios do sistema educacional inclusivo e os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025.

I – O Assistente de Aluno atuará em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária sua presença, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitadas as atribuições legais do cargo;

II – Para fins de lotação, o Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva deverá possuir formação mínima em nível médio, formação continuada, com carga horária de, no mínimo, cento e oitenta horas nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Educação.

III – O profissional deverá participar, obrigatoriamente, de atividades de formação, orientação e atualização, promovidas pela SEMED ou pela unidade escolar, no âmbito de sua área de atuação;

IV – O Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva deverá atuar de forma articulada e colaborativa com os professores da sala comum do ensino regular, da Sala de Recursos Multifuncionais, com a Equipe Multiprofissional e demais profissionais da escola, em consonância com as orientações pedagógicas, com o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), e com o Plano Educacional Individualizado (PEI).

#### 16. Das atribuições do Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva

*(Profissional de Apoio Escolar)*

São atribuições do Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva, na condição de profissional de apoio escolar, atuar em consonância com o PAEE e o PEI, competindo-lhe:

I – atuar na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas da unidade escolar, assegurando condições de acessibilidade, inclusão e segurança;

II – prestar apoio nas atividades de higiene e alimentação, quando o estudante não as realizar com autonomia e independência, respeitando o corpo, a privacidade, o tempo e as escolhas do estudante, em articulação com as rotinas escolares e pedagógicas;

III – acompanhar e auxiliar o estudante em suas necessidades fisiológicas, quando necessário, incluindo monitoramento no banheiro, cuidados higiênicos, troca de fraldas e outras situações correlatas, com respeito à dignidade e à segurança;

IV – favorecer a interação social e a comunicação, reconhecendo as diferentes formas de expressão dos estudantes e a pluralidade dos meios e modos de comunicação, em colaboração com os docentes e demais profissionais da escola;

V – auxiliar na utilização de tecnologias assistivas, recursos de acessibilidade e demais recursos auxiliares desenvolvidos e indicados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo a favorecer o convívio entre pares, a participação e a livre expressão dos estudantes nos espaços e atividades escolares;

VI – atuar em situações de crise, observadas as orientações institucionais e os protocolos da Unidade de Ensino, e prestar primeiros socorros, quando devidamente capacitado e nos limites de sua atribuição funcional;

VII – acompanhar o estudante nas rotinas da turma e nos diferentes ambientes escolares, incluindo atividades pedagógicas internas e externas, tais como laboratório, educação física e congêneres;

VIII – participar das atividades e eventos que envolvam a turma, incluindo atividades extraclasse, passeios pedagógicos, conselhos de classe e reuniões pedagógicas, quando convocado;

IX – elaborar Diário de Bordo, com registros sistemáticos e objetivos acerca do desenvolvimento da autonomia e da independência funcional do estudante, devendo o documento ser anexado à pasta individual do estudante na Sala de Recursos Multifuncionais ou, na inexistência desta, encaminhado à Coordenação Pedagógica da Unidade de Ensino, resguardado o sigilo das informações;

X – cumprir rigorosamente o horário de trabalho estabelecido pela Unidade de Ensino e as normas administrativas vigentes;

XI – participar das orientações pedagógicas junto ao professor regente, conforme as diretrizes do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Equipe Multiprofissional e/ou dos Técnicos Pedagógicos da SEMED, assegurando atuação articulada, colaborativa e coerente com o PAEE e o PEI.

§ 1º O Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva atuará em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária sua presença, devendo reportar-se à equipe pedagógica da Unidade de Ensino, sempre que necessário, observadas as orientações do professor regente, do professor do AEE e da Equipe Multiprofissional.

§ 2º A atuação do Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva não substitui o trabalho pedagógico do professor, nem se confunde com atribuições de natureza

clínica ou terapêutica, devendo ocorrer de forma pedagógica, funcional e colaborativa, em conformidade com os princípios do sistema educacional inclusivo.

#### 17. Do procedimento para solicitação do Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva

Para fins de comprovação da necessidade de contratação do Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva, a Unidade Escolar deverá encaminhar à SEMED, por meio de ofício, solicitação formal acompanhada de Relatório Pedagógico Descritivo Individualizado que evidencie a necessidade funcional do estudante para apoio nas atividades de alimentação, higiene e/ou locomoção, comunicação e interação social.

A solicitação será analisada pela Equipe Multiprofissional da SEMED, considerando critérios pedagógicos, funcionais e educacionais, em consonância com os princípios do sistema educacional inclusivo estabelecidos nos Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025.

As indicações oriundas exclusivamente de profissionais da área da saúde, tais como médicos, psicólogos, fisioterapeutas ou outros, não constituem, de forma isolada, critério determinante para a concessão do Assistente de Aluno, devendo sempre estar articuladas à avaliação pedagógica da escola (por meio do Estudo de Caso) e da equipe multiprofissional, vedada a exigência de laudo médico como condição exclusiva para o atendimento.

A Unidade Escolar deverá **anexar Relatório Pedagógico ao Ofício**, a avaliação da Equipe Multiprofissional quando houver, bem como laudos e/ou pareceres técnicos, quando existentes, com caráter complementar, os quais subsidiarão a análise da necessidade do profissional de apoio, sem prejuízo da centralidade do processo pedagógico.

O Relatório Pedagógico deverá considerar o grau de funcionalidade do estudante, especialmente no que se refere às habilidades motoras, à comunicação e à acessibilidade ao ambiente educativo, descrevendo de forma objetiva quais atividades de vida diária (alimentação, higiene, locomoção ou outras) demandam apoio.

Ressalta-se que, comprovada a necessidade funcional, o estudante com Deficiência/Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e ou Superdotação incluído em classes comuns do ensino regular terá assegurado o direito ao profissional de apoio/Assistente de Aluno, nos termos da legislação vigente.

## **18. Da organização do atendimento e da atuação do Assistente de Aluno**

O estudante com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista não poderá ser dispensado das atividades escolares em razão da ausência do Assistente de Aluno, cabendo à Unidade Escolar organizar-se para garantir o atendimento às suas necessidades específicas, assegurando o direito à educação e à participação plena.

Na ausência do estudante atendido, o Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva deverá ser orientado pela equipe diretiva e pela coordenação pedagógica a atuar em atividades compatíveis com suas atribuições, junto aos estudantes sob sua responsabilidade ou em ações pedagógicas correlatas.

O Assistente de Aluno da Educação Especial e Inclusiva poderá acompanhar até 03 (três) estudantes, observadas as especificidades e o grau de complexidade das necessidades funcionais apresentadas, sendo vedada a padronização automática do quantitativo sem análise pedagógica individualizada.

Compete ainda ao Assistente de Aluno orientar, acompanhar e monitorar estudantes que apresentem manifestações comportamentais intensas e persistentes que interfiram nas relações sociais, atuando de forma preventiva e segura para evitar e interromper situações de autoagressão ou heteroagressão, sempre em consonância com as orientações pedagógicas, os protocolos institucionais e a equipe escolar.

Nos casos de transferência, desistência ou mudança de necessidade do estudante, o Assistente de Aluno da Educação Especial Inclusiva poderá ser remanejado para o atendimento de outros estudantes, em outro turno ou em outra Unidade Escolar da rede municipal, conforme decisão da SEMED e as necessidades do serviço.

## **12- ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO DE SALA AULA NA REDE MUNICIPAL – ENSINO FUNDAMENTAL.**

Gestão de sala de aula são todas as ações realizadas pelo professor para promover um ambiente de aprendizagem efetivo, em que todos os estudantes se sintam seguros e estimulados a aprender. De acordo com Celso Vasconcellos, doutor em Educação e autor de diversos livros na área, uma boa gestão de sala de aula é fundamental para atingir os grandes objetivos da escola: a aprendizagem efetiva, a alegria crítica e o desenvolvimento humano pleno de todos os alunos.

Para uma boa gestão de sala de aula o docente precisa ser um professor pesquisador, conhecer as tendências pedagógicas, os métodos e metodologias de ensino, os perfis de aprendizagens para que seu plano se efetive em sala de aula. Uma boa gestão de sala inicia com um bom planejamento.

### 13.–ESTILOS DE APRENDIZAGEM ou PERFIL DE APRENDIZAGEM



Cada pessoa tem um modo de aprendizagem, uma forma própria de processar informação, assimilar um novo conhecimento, conforme as competências e habilidades que possui. Esta maneira pessoal de aprender pode ser identificada pelos estilos de aprendizagem.

No ambiente escolar, o professor pode incluir tecnologias diversificadas em sua prática pedagógica com base na preferência ou estilo de aprendizagem dos alunos, visando identificar potencialidades e a integração entre eles.

O método Vark, desenvolvido pelo professor neozelandês Neil Fleming (1992), propõe que a aprendizagem ocorre por meio de cinco habilidades: **auditiva, visual, sinestésica, leitura e escrita e multimodal** (quando a aprendizagem ocorre por meio de duas ou mais habilidades). A seguir, apresentamos algumas características destes estilos de aprendizagem.

A aprendizagem visual é favorecida por meio de demonstrações visuais, como mapas, diagramas, gráficos, vídeos, e aulas expositivas para apresentar conceitos, raciocínios ou ideias e suas relações.

No estilo auditivo a aprendizagem é favorecida por meio da captação de variações sonoras, como palestras, discussões e seminários para memorizar e compreender a mensagem.

O estilo de aprendizagem sinestésico está presente em pessoas que aprendem melhor fazendo, seja por meio de experiências em laboratórios, encenações, demonstrações ou atividades esportivas.

No estilo leitura e escrita a aprendizagem é favorecida por meio de artigos, manuais, relatórios e ensaios. É o caso dos alunos que fazem anotações, desenham planos e esquemas para lembrar os conteúdos.

#### **14.- MÉTODOS DE ENSINO**

Os métodos de ensino têm variado ao longo do tempo. Eles podem ser classificados em duas principais tendências: o método sintético e o método analítico.

**MÉTODOS SINTÉTICOS**- os métodos sintéticos, partem da leitura dos elementos gráficos até a leitura da totalidade das palavras. São eles: **alfabético, fônico e silábico**. A base dos métodos sintéticos é a compreensão de que a língua portuguesa é fonética e silábica. Dessa forma, para dominar a leitura e a escrita é preciso um método de alfabetização que considere essa característica.

O que difere os métodos sintéticos é a unidade de linguagem que ele utiliza como ponto de partida, a saber:

**Alfabético** — nomes das letras.

**Fônico** — sons correspondentes às letras.

**Silábicas** — sílabas

Todos os três métodos sintéticos partem da unidade linguística em direção à totalidade da palavra, ou seja, após reunir as letras ou os sons em sílabas é que se passa ao ensino da leitura de palavras, formadas por esses sons, letras e sílabas.

**OS MÉTODOS ANALÍTICOS**, por outro lado, seguem o processo oposto. Ou seja, partem da frase ou palavra para chegar à sílaba e à letra. Ambos os métodos

têm tido e ainda têm várias variantes. Por último, existe é o misturado variante, que é uma combinação dos analíticos e sintéticos métodos.

1. **PALAVRAÇÃO** - O aprendizado, como diz o nome, começa pelas palavras;
2. **SENTENCIAÇÃO** - Nesse caso, o aprendizado se inicia por frases inteiras;
3. **GLOBAL** - Também conhecido como método de historietas ou contos, apresenta primeiro estruturas de textos com começo, meio e fim.

Vantagens dos métodos de ensino:

1. Estimula a atividade e a iniciativa do professor;
2. Favorece o diálogo dos alunos;
3. Favorece o diálogo com a cultura acumulada historicamente;
4. Leva em conta os interesses, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico dos alunos;
5. Propicia a sistematização lógica de conhecimentos.

A SEMED Araguatins vem lembrar da importância do estudo e conhecimento quanto métodos de ensino existentes e orienta que até 2023, mediante adesão a Política Nacional de Alfabetização foi adotada o método fônico, mas com NOVA ADESÃO ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, não há ainda uma definição. Portanto, a **equipe escolar deve estudar e se apropriar-se de todos os métodos**, que servem de apoio para a prática pedagógica do professor. **Não se deve usar um de forma isolada** em toda a sua docência. Mas, deve-se procurar analisar cada uma e ver o que melhor convém ao seu desempenho acadêmico, com maior eficiência e qualidade de atuação. De acordo com cada nova situação que surge, usa-se o método mais adequado.

## 15. – METODOLOGIA DE ENSINO

É o conjunto de técnicas e processos cujo objetivo é prover formação para alunos em áreas do conhecimento específicas. Por isso, há metodologias indicadas conforme o grau de instrução de cada um, bem como a proposta pedagógica de cada instituição. Existem muitos modelos pedagógicos praticados ao redor do mundo. No

Brasil, algumas linhas se destacam: **a tradicional, a Montessoriana, a freiriana e a construtivista**. Veja as principais características de cada uma aqui abaixo!

1. **A metodologia tradicional** - Posiciona o professor como o intermediário entre o conteúdo e os alunos, que comumente são submetidos a avaliações e trabalhos. Nesse modelo, o docente é, de certa forma, protagonista e autoridade máxima em sala de aula. O ensino é, na maioria das vezes, baseado em aulas preparadas a partir de materiais prontos, como livros e apostilas. Os alunos são incentivados a buscarem notas mais altas e obter conhecimentos técnicos, testados nas provas.

2. **Metodologia freiriana** - Pode se dividir em fases, como:

Investigação temática: o professor conhece seus alunos e considera as habilidades e os conhecimentos de cada um, planejando conteúdos de acordo com o histórico da turma; **Tematização**: a partir de então, os temas levantados são destrinchados e um problema é definido, transformando-se em um projeto que será trabalhado; **Problematização**: com a definição do problema, o professor estimula a visão e o pensamento crítico dos alunos, que passam a buscar soluções e apresentar argumentos para o projeto abordado. Como um dos educadores mais celebrados do Brasil, a proposta de Paulo Freire visa a compreensão por parte dos alunos dos aspectos que envolvem as relações sociais, com a leitura da realidade em que estão inseridos.

3. **Metodologia construtivista**- Há o desenvolvimento do conhecimento por meio da interação entre as pessoas, com experiências individualizadas para cada aluno. Isso é possível com a criação de salas reduzidas, onde a atenção pode ser maior. As avaliações são descartadas, uma vez que o raciocínio lógico e o pensamento crítico são construídos e aperfeiçoados em discussões e atividades práticas, em que a visão de cada aluno debatida

4. **Metodologia Montessori** - Na alfabetização Montessoriana, a criança deve fixar o som fonético das letras, antes da ordem alfabética. Consoantes: Após o domínio das vogais, são apresentadas três consoantes, sempre acompanhadas das vogais para que o primeiro contato seja através do som.

#### 16. – PLANO SEMANAL/ QUINZENAL (DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA)

Planejar o ano letivo, cada bimestre e cada aula sempre foi uma necessidade pedagógica. A BNCC nos mostra a importância de trabalhar com foco no

desenvolvimento de habilidades tornando assim essencial pensar no trabalho que a escola deve desenvolver para ajudar os estudantes a alcançar as competências e habilidades previstas para o ano. Nesse contexto, alguns conceitos se tornam ainda mais relevantes, como intencionalidade pedagógica e a centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

O planejamento das aulas em 2026 para todas as etapas continuará sendo à luz do Documento Curricular do Tocantins- DCT da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

1. O planejamento da Educação Infantil, 1º ao 9º ano e EJA obedecerá a estrutura própria enviada pela SEMED. (Anexo)
2. Nas turmas da Educação Infantil e 1º ao 5º ano deverão ser feitas a distribuição diária;
3. O professor deve estar com o seu plano de aula em sala no momento de regência em formato **manuscrito, impresso ou digital** (Cada escola juntamente com a sua equipe diretiva definirá qual formato adotará desde que esteja acessível em sala de aula).
4. O coordenador deve participar de todo processo do planejamento.
5. É obrigatória a apresentação do planejamento ao coordenador pedagógico que irá fazer uma análise e observações, e ao final assinar o documento validando sua participação no processo.

#### **17. - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Toda escola tem objetivos a alcançar e metas a cumprir. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao Projeto Político Pedagógico - PPP. As próprias palavras que compõem o nome do documento, o definem.

1. **É projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
2. **É político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

3. **É pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força de um guia, aquele que indica a direção a seguir, não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos, famílias e comunidade local. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por ter informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação em que todos os membros da equipe gestora, pedagógica administrativa devem consultar a cada tomada de decisão.

Portanto, faz-se necessário atualizar o PPP anualmente, principalmente o PLANO DE AÇÃO avaliando ações e metas da Instituição, projetos; e a cada dois anos, é imprescindível refazer a avaliação do público atendido.

**É OBRIGATÓRIO CONSTAR NO PPP DE TODAS AS INSTITUIÇÕES:**

1. **Projetos da REDE:** Feira Literária das Escolas Municipais – FLIM. Jogos e Gincanas das Escolas Municipais – JGEM.
2. **As ESCOLAS da Rede Municipal devem obrigatoriamente ter projetos/ações voltados para as TEMÁTICAS:**
3. Educação das Relações Étnico-raciais. Leis: 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e 11.645 de 10 março de 2008; sugestão: Projeto Conceitos Aceitos sem Preconceitos já elaborado pela SEMED ou outro projeto que efetive ações da temática.
4. Alimentação saudável nas escolas;
5. Educação Ambiental e Sustentabilidade – ICMS ambiental.

**Sugestões para Projetos ou Ações Escolares**

1. Projetos de Integração Escola e Família, Leitura, Matemática, Piquenique literário, valorização da cultura local, educação e tecnologia digital, projeto ou ações de transição entre as etapas da educação básica.
2. Garantir abordagens de ensino e atividades voltadas para o resgate dos valores éticos e culturais; (momento cívico semanal).
3. Planejar a participação da escola em Olimpíadas, Projetos, Concursos, Competições – Nacionais Estaduais e Municipais.

4. Garantir no PPP as ações e recursos para a preparação e participação dos alunos em avaliações externas, tais como: SAEB, CAED e outras.
5. Garantir ações referentes ao processo de ensino e aprendizagem com foco em ações dos Programas: Educação e Família, Compromisso Criança Alfabetizada, Educação Conectada e Primeira Infância quando estes estiverem em vigência, ou outros;
6. TODAS as ações, como: oficinas, roda de conversa, palestras para pais, professores e alunos; festas, formaturas; devem constar no plano de ação com previsão orçamentária.
7. Garantir ações voltadas para Educação Inclusiva. (Semana do deficiente, palestras, roda de conversa...)
8. Planejar formação continuada em serviço com temáticas, como: Racismo, Educação Inclusiva, Estatuto da Criança e do Adolescente.
9. Promoção de ações que intensifiquem na rotina semanal práticas de produções textuais, leitura e escrita.

A estrutura para reelaboração do PPP está em anexo a este documento.

## **18. - CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO**

O Conselho de Classe pedagógico é realizado em dia **letivo**. Este dia, é importante para a escola e, principalmente, para o trabalho docente. É o espaço esperado para análise, avaliação do ensino e da aprendizagem; momento em que Direção, Supervisão, Coordenação, Orientação Educacional, Professores Regentes, Assistentes, Monitores, Cuidadores e Professores da Sala de Recursos, Representantes de Pais e Alunos se juntam, para o olhar o caminho percorrido, traçarem metas e fazerem ajustes que contribuam com o processo educacional da escola.

A orientação da SEMED é para realização de **PRÉ-CONSELHO** com turmas do **Ensino Fundamental** para análise das situações individualmente, possibilitando, maior agilidade e mais tempo para reflexão sobre os problemas apresentados em cada bimestre. A equipe deverá analisarmos **instrumentos de avaliação** de cada etapa atendida e registrar no livro ATA no dia do **CONSELHO DE CLASSE**.

## **PONTOS PARA REFLEXÃO/DISCUSSÃO DO GRUPO NO DIA DO CONSELHO DE CLASSE**

1. Desempenho dos docentes – autoavaliação do professor;
2. Adequação da organização curricular;
3. Desenvolvimento das crianças;
4. Socialização/comportamentos atípicos e disruptivos das crianças;
5. Estratégias para minimizar situações atípicas e ajudar as crianças;
6. Critérios das avaliações adotados pela escola;
7. Socialização de boas práticas;
8. Propostas para avanços no processo educacional;
9. Metodologias de ensino utilizadas em sala de aula;

### **PÓS CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO.**

A equipe pedagógica e o professor (a) deverão:

1. Reavaliar sua prática pedagógica;
2. Replanejar os conteúdos não aprendidos e não ministrados;
3. Planejar intervenção pedagógica com a equipe escolar;
4. Mapear estrategicamente os discentes que não apresentaram desempenho esperado no bimestre anterior.

### **ORIENTAÇÃO PARA OS CONSELHOS DE CLASSE 2026.**

5. **PRESIDENTE DO CONSELHO DE CLASSE** - diretor escolar (a); ou coordenador (a) ou secretário escolar, na ausência do gestor (a).

### **ORIENTAÇÕES GERAIS AOS DIRETORES/ COORDENADORES**

1. Acolhimento da equipe escolar;
2. Faça desse encontro, conselho de classe de cada bimestre, uma reunião pedagógica;
3. A direção da instituição ou quem irá presidir o conselho faça uma roda de conversa com os professores e demais servidores para avaliar o bimestre

referente ao processo de ensino e aprendizagem e às experiências promovidas às crianças das escolas/CEI;

4. O secretário escolar registra as informações quantitativas e qualitativas dos docentes, coordenadores e outros que estiverem presentes em livro ATA escolar;
5. O presidente do conselho de classe avalia o trabalho realizado pelo coordenador pedagógico junto às turmas e registra o que precisa ser ajustado para os próximos bimestres; o coordenador avalia o trabalho em sala de aula dos professores, monitores, cuidadores e assistentes de alunos;
1. Avalia-se também, a postura dos professores com relação a responsabilidades de horário de chegada, saída, permanência e agilidade com o trabalho que precisa ser realizado em conjunto com os demais servidores da instituição, bem como o processo de ensino e cuidado com as crianças;
2. Não se pode esquecer de abrir espaço no conselho de classe para os professores fazerem a leitura do seu relato de sala, onde retrata suas dificuldades de realização com o trabalho no bimestre com sua turma;
1. Os profissionais administrativos, ASG's, Merendeiras, Vigilantes e outros podem participarem e darem suas contribuições para avanços na organização e atendimento na Instituição de Ensino que atua;
2. Diretor Escolar, coordenadores, orientadores, professores regentes, monitores, cuidadores, e assistente de alunos devem fazer seu relatório no instrumento da escola ou utilizar o disponibilizado pela SEMED;
3. Os instrumentos preenchidos pela equipe e apresentado no conselho de classe, o coordenador pedagógico recolhe todos, inclusive do diretor, organiza e arquiva para consultas e monitoramentos da equipe escolar e SEMED,
4. É importante também parabenizar profissionais da escola, como também os professores que têm boas práticas de ensino e resultados significativos na docência ou na área que atua.

observação: Verificar para maiores informações REGIMENTO ESCOLAR MUNICIPAL.

**19. –SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PELA EQUIPE PEDAGÓGICA DA SEMED EM 2025.**

É um conjunto de instrumentos composto de informações quantitativas e qualitativas que utilizados com fidedignidade identificam os pontos fortes e frágeis para a elaboração dos planos de intervenção nas turmas e escolas da rede.

1. **Educação Infantil** -Quadro de Enturmação -Anual (SIGE); Avaliação Institucional; Relatórios Individuais; Relatório de Desenvolvimento da Turma; Ficha de Avaliação da Educação Infantil - que avalia as habilidades desenvolvidas individualmente em cada bimestre (SIGE); caderno de bordo diário. Centro de Educação Infantil – CEI, portfólios e ficha de avaliação das etapas da escrita e grafismo/desenho na **pré-escola - semestral**.
2. **Ensino Fundamental** - 1º e 2º ano, serão: Ficha Perfil do Atendimento (anual) – SIGE; Ficha de Avaliação por Conceitos (bimestral) - SIGE, Ficha de Leitura, Escrita Produção e Linguagem Oral (**mensal - impressa**). Resultados da prova aplicada em turmas de 2º ano pelo Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins– SAETO bem como avaliação de fluência leitora e CNCA.
3. **Ensino Fundamental** - 3º ao 5º ano, serão: Ficha Perfil do Atendimento (anual) – SIGE; Ficha de Aproveitamento Individual (bimestral, notas) - SIGE, Ficha de Leitura, Escrita e Produção de Textos (**mensal - impressa**). Resultados da prova aplicada em turmas de 5º ano pelo Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins –SAETO, CAED e SAEB bem como avaliação do CNCA nas turmas do 1º ao 5º ano.
4. **Ensino Fundamental** 6º ao 9º ano, serão: Ficha Perfil do Atendimento (anual) – SIGE; Ficha de Aproveitamento Individual (bimestral, notas) - SIGE, Ficha de Leitura, Escrita e Produção de Textos e a Ficha de Matemática. Resultados da prova aplicada em turmas de 6º ao 9º ano pela plataforma escola das adolescências.
- 5.

A fichas de gerenciamento de dados (leitura e escrita) de todas as Unidades Escolares deverão ser entregues na SEMED até o quinto dia útil de cada mês, impreterivelmente. As devolutivas em forma de documento escrito (assinada pelo supervisor da escola) devem ser elaboradas e encaminhadas até uma semana após o recebimento das fichas na SEMED.

É obrigatório ao supervisor (a) escolar fazer gerenciamento mensal de dados dos instrumentos de monitoramento. Cabe ao supervisor (a), dialogar e definir juntamente com o coordenador (a) a melhor maneira para esse gerenciamento; podendo ser feito de forma presencial, no momento de recebimento das fichas na SEMED ou em acompanhamento à escola ou a distância - via Meet.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL DE ARAGUATINS.**

É garantido a todos os profissionais pedagógicos da rede municipal, conforme a resolução N° 001/2024, inserido na carga horária, formação continuada em serviço para todas as Instituições de Ensino, CRECHE, APAE, Escolas de fundamental anos iniciais e finais. **O estudo coletivo em serviço**-Conforme Instrução Normativa vigente, garante 04(quatro) horas para estudo coletivo para os profissionais da educação da rede municipal de Araguatins, lotado com 40(quarenta horas semanais).

Desde 2024 a SEMED orienta para cumprimento desta carga horária que seja utilizada 50% da carga horária total, dedicado ao estudo coletivo, que é em média de 160 horas, para realização de cursos disponíveis na plataforma AVAMEC ou outras de plataformas do MEC. Os cursos devem ser escolhidos de acordo a etapa/área de lotação ou a situações específicas que o docente precisa aprimorar. As demais horas (50%) da carga horária, o planejamento deve ser da equipe escolar e a execução fica a cargo da coordenação administrativa (quando houver). Vale ressaltar que, este momento é de fundamental importância e precisa ser usado para superar as fragilidades da equipe escolar.

**Exemplos de cursos que podem ser priorizados e realizados na plataforma AVAMEC.:** práticas de alfabetização, gestão escolar, Uso de Recursos Educacionais Digitais, Atendimento Educacional Especializado: Transtorno do Espectro Autista (TEA) formação para profissionais da educação infantil. ***Ao final do semestre o servidor deve apresentar a coordenação administrativa ou ao coordenador pedagógico o certificado que valide a carga horária.***

## **20. PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL COM ADESÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS – TO**

A Secretaria Municipal de Educação de Araguatins (SEMED) tem participado de diversas políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), visando fortalecer a qualidade da educação, a formação dos profissionais, a gestão

educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes. A adesão a esses programas evidencia o compromisso da rede municipal com a melhoria contínua do ensino e a ampliação das oportunidades educacionais.

### **Primeira Infância na Escola**

Programa voltado ao fortalecimento das práticas pedagógicas da Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e a qualificação dos profissionais que atuam nessa etapa.

### **Programa Escola e Comunidade (PROEC) – Ciclos 2024, 2025 e 2026**

Tem como objetivo fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade, ampliando a participação social e contribuindo para a melhoria da aprendizagem.

### **Programa Educação e Família**

Incentiva a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, promovendo a corresponsabilidade entre escola e comunidade.

### **Brasil na Escola**

Desenvolve ações voltadas para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais.

### **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

Busca assegurar a alfabetização de todas as crianças na idade adequada, por meio de formação continuada e acompanhamento pedagógico.

### **Programa Escola em Tempo Integral**

Visa ampliar a oferta de matrículas em tempo integral, proporcionando mais oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

### **Escola das Adolescências**

Busca qualificar os anos finais do Ensino Fundamental, considerando as especificidades dessa etapa e fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas aos adolescentes.

## **Programa Educação para a Cidadania e Sustentabilidade**

Tem como finalidade fomentar práticas educativas voltadas à cidadania, à sustentabilidade e à formação integral dos estudantes, incentivando ações relacionadas à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

## **Compromisso Nacional Toda Matemática**

Programa voltado ao fortalecimento da aprendizagem em Matemática, por meio da formação de professores, acompanhamento pedagógico e desenvolvimento de estratégias para melhoria dos resultados educacionais.

## **MEC Gestão Presente na Educação Infantil**

Destina-se ao fortalecimento da gestão da Educação Infantil, oferecendo apoio técnico e formativo para a organização e qualificação das políticas educacionais voltadas à primeira infância.

## **Programa Na Ponta do Lápis – Educação Financeira nas Escolas**

Tem como objetivo promover a educação financeira entre os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, consumo consciente e uso responsável dos recursos financeiros.

## **Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil**

Busca assegurar uma Educação Infantil de qualidade, pautada nos princípios da equidade e do desenvolvimento integral das crianças, por meio do fortalecimento das políticas públicas e da formação continuada dos profissionais.

## **MEC Gestão Presente – Sistema de Gestão Presente (SGP)**

Programa que visa fortalecer a gestão educacional por meio do monitoramento, acompanhamento e apoio técnico às redes de ensino, favorecendo a implementação de políticas públicas educacionais.

## **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Pacto pela EJA)**

Instituído pelo Ministério da Educação, o programa tem como objetivo ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da Educação de Jovens e Adultos, promovendo ações voltadas à superação do analfabetismo, à formação continuada dos profissionais e ao fortalecimento das políticas públicas destinadas aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

### **Programa Nacional de Equidade na Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**

Tem como finalidade promover a implementação da educação para as relações étnico-raciais e fortalecer a educação escolar quilombola, por meio da formação de profissionais da educação, da valorização da diversidade e da promoção de práticas pedagógicas antirracistas, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

### **Programa de Recomposição das Aprendizagens**

Destinado a apoiar as redes de ensino na recuperação e no fortalecimento das aprendizagens dos estudantes, especialmente diante das defasagens educacionais acumuladas nos últimos anos. O programa contempla ações de diagnóstico, acompanhamento pedagógico, formação continuada dos professores e desenvolvimento de estratégias para garantir a progressão e a aprendizagem dos estudantes.

### **PNEEI Educação Especial**

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Pneei), instituída pelo [decreto 12.686 de 20 de outubro de 2025](#), tem como objetivo reafirmar o compromisso expresso na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, assegurando ao estudante público-alvo que são público dada educação especial o direito à educação de qualidade, em condições de igualdade com os demais estudantes.

## **Programas do Livro e Material Didático (PNLD)**

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas.

As ações do PNLD destinam-se aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica, como também de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

**OBSERVAÇÃO: É obrigatório a entrega do livro didático aos estudantes e deve ocorrer em até uma semana após o recebimento na escola.**

### **21.– PROGRAMAS ESTADUAIS ADERIDOS PELA REDE- ALFABETIZA MAIS TOCANTINS**

O Programa Alfabetiza Mais Tocantins, desenvolvido em regime de colaboração entre o Governo do Estado e os municípios, tem como objetivo garantir a alfabetização das crianças na idade certa, por meio da formação continuada dos profissionais da educação, acompanhamento pedagógico e monitoramento da aprendizagem. A adesão da rede municipal de Araguatins fortalece as ações voltadas à melhoria da qualidade da alfabetização e à elevação dos resultados educacionais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### **22. OLÍMPIADAS BRASILEIRAS QUE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL PARTICIPAM**

6. OBMEP – OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS;

7. OLIMPIADAS DE LINGUA PORTUGUESA;

8. OLÍMPIADA BRASILEIRA DE ASTRONOMIA E ASTRONÁUTICA.

A SEMED orienta a participação de TODAS as escolas da Rede Municipal nos referidos concursos.

### **23.. REFERÊNCIAS**

<[Http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm)>. Acesso em: 10 de jan. De 2012.

ALMEIDA, Laurinda R. PLACCO, Vera M<sup>a</sup> N. de S.O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ALMEIDA, Laurinda R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. In.: ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera M<sup>a</sup> N. de S. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARAGUATINS. Roteiro comentado para a Elaboração do Plano de Curso e de Aula de 2011. SEDUC/TO. 2011.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002. Disponível em: BARBOSA, Ana Paula de Sousa. Ambiente e Educação: concepções e práticas dos educadores nas escolas municipais de Colinas do Tocantins – TO. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. Manaus – AM, 2009.

BRASIL - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF. 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. O Coordenador Pedagógico e a Formação de Professores: Intenções, Tensões e Contradições. Editora Abril [S.L], 2011.

HOMBURG, Nice; SILVA, Rubia da. Teorias sobre currículo: uma análise para jan-jun/2007.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 1998, 7<sup>a</sup> edição.

MATOS, F.G. Empresa que Pensa: Educação Empresarial-Renovação Contínua a Distância. Planejamento 2014. Disponível em:<[revistaescola.abril.com.br/planejamento/](http://revistaescola.abril.com.br/planejamento/)>.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Referencial Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, 2019.

VEIGA NETO, ALFREDO. De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002.